



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDRÉ GUILHERME BRANDÃO DOS SANTOS

**DESCOBRINDO A VOCAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM VIÇOSA:
ESTUDO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DA REVISTA CERES ENTRE AS
DÉCADAS DE 40 E 60**

VIÇOSA - MINAS GERAIS

NOVEMBRO – 2015

**DESCOBRINDO A VOCAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM VIÇOSA:
ESTUDO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DA REVISTA CERES ENTRE AS
DÉCADAS DE 40 E 60**

Trabalho de Conclusão de Curso do aluno **André Guilherme Brandão dos Santos**, apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

ORIENTADOR: PROF. DR. GUILLERMO VEGA SANABRIA

VIÇOSA - MINAS GERAIS
NOVEMBRO - 2015
ANDRÉ GUILHERME BRANDÃO DOS SANTOS

ANDRÉ GUILHERME BRANDÃO DOS SANTOS

**DESCOBRINDO A VOCAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM VIÇOSA:
ESTUDO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DA REVISTA CERES ENTRE AS
DÉCADAS DE 40 E 60**

Trabalho de Conclusão de Curso do aluno **André Guilherme Brandão dos Santos**, apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em 17, de Novembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professor Dr. Guillermo Vega Sanabria
Universidade Federal de Viçosa
Orientador

Professora Ms. Nádia Dutra de Souza
Universidade Federal de Viçosa
Examinadora

Professora Dr. Vanessa Lana
Universidade Federal de Viçosa
Examinadora

Dedico esta monografia a minha Família, principalmente ao meu avô José Carreiro (in memoriam), que partiu enquanto eu cursava o bacharelado, mas não deixará de inspirar as gerações de nossa Família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais José Miguel e Maria de Fátima, e meu irmão Alexandre Victor, pela confiança e apoio em todos os momentos da minha vida. Assim como, meus avós Manoel Rodrigues e Josefa Brandão, pela confiança nos meus trabalhos e alegria de ter um membro da Família retornando ao Estado de Minas Gerais para os estudos.

A todos os demais da minha Família, independente do grau de convivência, possuem minha gratidão pela confiança enquanto estive ausente para os compromissos da Universidade.

Agradeço aos antigos amigos de Brasília, que mesmo com a distância, mantiveram-se com a mesma amizade sincera. Aos novos amigos, que a vida em Minas Gerais me presenteou, Fábio Durso, Rosa, Laura Vidigal, Israel Lopes, Pequeno Tom, Cris, Nicolas Meirelles, Luiza, Leandro Lelis e tantos outros, minha gratidão pelas experiências vividas. O mesmo aos moradores do alojamento 2131, que me receberam nos últimos tempos de graduação.

Aos meus amigos Leandro Lopes, Éder Mendes, Matheus Souza, Victor Cezar, Will, André Luis e Douglas Dias, pelas longas conversas, que sempre contribuíram com minhas reflexões nos trabalhos acadêmicos.

Aos amigos do coletivo Efeito Colateral e coligados, que mesmo tendo projetos que exigiram muito do meu tempo, me motivaram a realizar tudo o que eu imaginava ser impossível.

Aos meus professores do curso, que me apresentaram novos caminhos dentro das ciências sociais.

A todos.

RESUMO

O trabalho visa analisar o processo da produção de conhecimento a partir da produção intelectual referente às Ciências Sociais, publicada na Revista CERES entre 1939 e 1969, momento anterior à federalização, de modo que uma investigação sobre a caracterização desta ciência permita uma reflexão acerca do campo da Sociologia na Instituição. O recorte do período de 30 anos, que corresponde a duas diferentes fases da Instituição, pode permitir uma correlação de fatores externos, como expansão da Universidade ou articulações políticas, considerando que a universidade se tornando Estadual inicia-se uma maior abertura para o desenvolvimento das Ciências Humanas. Para compreender a chegada da Sociologia na Universidade Federal de Viçosa, é necessário analisar os propósitos da criação desta universidade, e conseqüentemente, as influências teóricas dos cientistas sociais atuavam em Viçosa.

Palavras-chave: Sociologia, Ciência, Academia

ABSTRACT

The work aims to analyze the process of knowledge production from the intellectual production related to social sciences, published in the Journal "CERES" between 1939 and 1969, moment prior to federalization, so that an investigation into the characterization of this science allows for reflection on the field of Sociology in the institution. The clipping of the 30-year period, corresponding to two different phases of the institution may allow a correlation of external factors such as expansion of the university or political articulations, considering that the university becoming a state university begins greater openness to the development of Humanities. To understand the arrival of Sociology at the Federal University of Viçosa, it is necessary to analyze the purpose of the creation of this university, and consequently the theoretical influences of social scientists that worked in Viçosa.

Keywords: Sociology, Science, Academy

Sumário

1	INTRODUÇÃO	7
2	REVISÃO DE LITERATURA	8
3	A INSTITUIÇÃO	11
4	A REVISTA CERES	13
5	METODOLOGIA	14
	5.1 Eixos Temáticos	18
6	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E ENSINO NO PERÍODO PRÉ- UFV	20
7	PANORAMA DOS PRIMEIROS MOMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL	21
	7.1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM VIÇOSA	23
8	PUBLICAÇÕES NA REVISTA CERES	25
	8.1 Categoria Raça	25
	8.2 Categoria Trabalhador Rural	27
	8.3 Categoria Educação	31
	8.4 Categoria Política Econômica	39
	8.5 Categoria Cultura Rural	55
	8.6 Categoria Estrutura da Comunidade Rural	59
	8.7 Categoria Importância das Ciências Sociais	67
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

Nascida como uma Escola voltada para as ciências agrárias, a Universidade Federal de Viçosa teve sua criação atrelada a uma política de desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. A então chamada Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), contava com o ensino de Sociologia desde suas primeiras décadas, porém de maneira distinta se comparada com os grandes centros de ciências sociais do Brasil.

Neste contexto, o trabalho visa analisar a produção intelectual referente às Ciências Sociais publicada na Revista CERES (periódico criado em Viçosa no ano de 1939) entre 1939 e 1969, momento anterior à federalização, de modo que uma caracterização desta produção permita uma reflexão acerca ensino de Sociologia na instituição.

Assim como os primeiros anos da Revista Ceres são de grande importância, devido à ESAV começar a intensificar sua proposta de disseminar o conhecimento moderno que produzia, nos 10 últimos anos do recorte desta pesquisa, temos um conjunto de eventos que podem ter influenciado a dinâmica da Instituição e suas publicações. Além dos cursos de especialização, o cenário político mundial favoreceu os interesses norte-americanos a intensificarem o investimento na que seria chamada depois de UREMG (Universidade Estadual Rural de Minas Gerais). Já o cenário nacional passa por uma brusca mudança no regime político e, em relação à academia, temos uma maior articulação entre os intelectuais voltados para os estudos rurais, criando a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, na qual professores de Viçosa estiveram entre os fundadores.

Esta pesquisa inicia uma reconstrução da trajetória das Ciências Sociais - compostas historicamente no Brasil pela Sociologia, a Antropologia e Ciência Política - em Viçosa. A UFV se mostrou como uma das pioneiras no Brasil no que se refere ao segmento da Sociologia Rural, desde os anos 30, e devido a este fato, é de grande valor nos debruçarmos sobre as configurações e produções da Sociologia em Viçosa entre as décadas de 40 e 60. Para, a partir daí, identificar em que consistia a Sociologia trabalhada na instituição, seu ensino e em que medida formou-se um campo intelectual das ciências sociais da UFV.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial bibliográfico desta pesquisa abrange tanto obras de caráter historiográfico sobre o "espírito" da instituição, assim como o processo da chegada das ciências sociais, quanto teorias sobre o processo de produção do conhecimento. O fator político sempre esteve muito presente na configuração da instituição, que desde seu projeto inicial se mostrou explicitamente voltado para fins políticos e econômicos específicos condizentes com a conjuntura da época.

Os trabalhos de Silva & Borges (2008) contribuem para esta pesquisa ao apresentar uma interpretação histórica da criação da instituição não como um projeto de ensino isolado e desinteressado, mas com amplo interesse em fazer com que a Escola Superior fosse força que impulsionaria do desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. A instituição trouxe novos métodos de ensino e tinha como uma das principais características não se restringir ao chamado ensino enciclopédico, mas aderir ao lema "Aprender fazendo".

France Coelho (1992) realiza um importante debate acerca do caráter da produção científica em Viçosa entre as décadas de 20 e 60, a autora apresenta toda a trajetória da influência científica que as diversas áreas dos saberes da instituição seguiam. A característica central deste período, afirma a autora, é o pragmatismo e a busca pela aplicabilidade, no meio rural, dos estudos realizados na instituição.

Herdada também dos norte-americanos, a Extensão esteve presente na ESAV desde seus primeiros anos, como mostra o trabalho de Uilara Silva (1994). As atividades de exposição de novas tecnologias, apoio técnico e principalmente os impressos informativos - inclusive a revista CERES - eram meios de incentivar a comunidade rural a aderir aos métodos ditos modernos, em detrimento das maneiras rústicas dos produtores rurais, que eram desprezadas por não terem alta produtividade. A relação da produção científica da ESAV/UREMG voltada para a Extensão teve apoio direto da política de investimento dos Estados Unidos para a os países considerados subdesenvolvidos. Sônia Mendonça (2010) contribui com a análise da pesquisa ao mostrar como o cenário econômico mundial foi propício para que o Governo brasileiro estreitasse as relações políticas com o os Estados Unidos, que por sua vez, orientavam tendências de intervenções no meio rural brasileiro.

Compreender estes fatores externos nos permite refletir, conforme os estudos de Miceli (1995), como as ciências sociais brasileiras em suas primeiras décadas estão

interligadas com projetos políticos ou grupos envolvidos com o mercado, o que consequentemente levou à um distanciamento dos interesses dos setores populares. Considerando ainda que o perfil das ciências sociais brasileira variava de acordo com a autonomia permitida por seus mentores. Sergio Miceli abre um caminho essencial para mostrar o processo de institucionalização e configuração de gerações das ciências sociais nos principais centros do país.

Maria Arminda Arruda (1995) vai focar na região de Minas Gerais para compreender os condicionantes na institucionalização das ciências sociais de Belo Horizonte, reafirmando como o saber sociológico estava atrelado à ideia de modernização do país que se intensificou com a Revolução de 1930. A criação da Universidade de Minas Gerais não significou um grande avanço nos êxitos de uma elite intelectual mineira, sendo que os discursos sociológicos mantiveram-se ainda sendo impostos pelo eixo Rio-São Paulo. A sociologia da capital mineira, de acordo com a autora, acaba sendo marcada como sendo uma escola de criação de especialistas que viriam a lidar com os problemas da política estadual.

Com seu caráter interdisciplinar, a Antropologia e a Sociologia da Ciência oferecem um grande arcabouço teórico que contribui com o estudo sobre as primeiras décadas das Ciências Sociais em Viçosa. Autores como Merton, Fleck e Bourdieu, mostram-se importantes por contribuírem para uma maior reflexão acerca da relação entre a influência social e as práticas internas da ciência. O debate dos estudos voltados para a ciências nos ajudarão a compreender as possíveis relações entre a produção científica e a formação do campo sociológico existente na ESAV/UREMG.

Trazer para o debate o trabalho de Ludwik Fleck (2010), escrito na década de 30, acerca da produção do saber, é chave para análise proposta nesta pesquisa, já que lida com o desenvolvimento das atividades científicas como parte integrante de uma dada situação histórica, na qual se localiza os grupos de pesquisadores. Fleck (2010) trabalha com a concepção de que não há fato científico produto de um esforço individual, mas sim pequenas ampliações do conhecimento científico, resultados de acertos e equívocos. Para trabalhar então com a sociologia do conhecimento, é necessário irmos além dos julgamentos de Verdade e Falsidades dentro do campo científico.

É grande a contribuição de Bourdieu nesta pesquisa, entendendo o conceito de *campo* como um universo particular onde existem estruturas e regras próprias interagindo com um capital específico, que permite um dinamismo constante nas relações sociais e também de

poder. Sendo que o campo será estruturado por uma intensa relação de poder, onde a partir do capital simbólico, econômico, cultura, além das instituições cria-se uma oposição de forças dominadas e dominantes.

Neste caso retomasse o conceito de *campo intelectual*. Este campo, de acordo com Bourdieu (2002), está relacionado à produção de bens simbólicos, e também possui um intenso jogo de forças de agentes e instituições, os quais estão constantemente em busca de um reconhecimento intelectual. Em A Economia das Trocas Simbólicas, Bourdieu (2007) vai além da linha conceitual de Durkheim, ao afirmar que mais do que um instrumento de construção da moral, a instituição de ensino possui sua lógica própria, um inconsciente cultural. A partir daí os intelectuais que são formados nas instituições tendem a compartilhar um mesmo espírito científico, ao serem modelados por sua escola, se tornando ao mesmo tempo, modelos para os próximos agentes. Porém, considerando que a cultura não tem seu início absoluto no monopólio da Escola.

A Escola, afirma Bourdieu (2007), possui a capacidade de transmitir códigos comuns aos seus agentes, constituindo um consenso cultural em termos de condições de comunicação. Deste modo, faz existir um consenso básico até mesmo no terreno dos desacordos, onde o sistema lógico para a discordância possui bases aceitas pelo grupo. O autor propõe como referência localizar o intelectual através das problemáticas obrigatórias de seu tempo, que se dão por meio da formação do inconsciente cultural.

Referir as obras de uma época às práticas da Escola é o mesmo que obter um meio de explicar não somente o que estas obras proclamam, mas também o que elas deixam escapar na medida em que participam da simbologia de uma época ou de uma sociedade. (BOURDIEU, 2007, p. 212)

Uma Tradição ou Escola Intelectual possui sua própria hierarquia de objetos de estudos que são considerados legítimos, seu próprio recorte, ela mesma vai oferecer o *modus operandi* para que o intelectual possa saber quais princípios necessários para esta ordenação (BOURDIEU, 2007). Também tratando o discurso como uma relação de poder, Foucault (2008) trabalha com a ideia de como o saber e seu discurso tem a capacidade de causar

alteração da realidade. Assim, os conceitos presentes nas publicações da instituição representam um conjunto de experiências no qual o campo sociológico se configurou.

Em um quadro onde a sociologia na ESAV tem sua origem nas ciências sociais aplicadas, e inserida dentro das ciências agrárias de maneira utilitarista, é de grande contribuição a teoria do sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2011), que enfatiza como o paradigma sociocultural da modernidade é complexo e suscetível a contradições internas. Boaventura afirma que a intensa racionalização da vida social falha por prometer uma maximização conflitante dos pilares da *regulação* e *autonomia*. Com o saber científico se tornando hegemônico, e impulsionado pela *hipermercadorização*, tende a limitar as reflexões e perspectivas de um conhecimento para transformação social.

Tendo em vista a dinâmica da produção de conhecimento da Instituição e seus fins, o trabalho de Vieira Pinto (2005) elucida as relações da produção científica entre nações hegemônicas e países periféricos. O autor mostra que a ciência e a tecnologia são tidas como mercadoria de exportação, países ricos se utilizando de métodos colonialistas para manter suas hegemonias econômicas via tecnologia, se utilizando, inclusive da falácia de que determinada região não possui nenhuma tecnologia. A tecnologia em países ricos tende a se homogeneizar, e acaba por determinar a produção dos países periféricos, na qual apenas setores específicos têm o privilégio de deter uma tecnologia avançada, geralmente nos setores de exportação de matéria-prima para os países industrializados, cenário semelhante ao que se observa com a criação e desenvolvimento da ESAV/UREMG.

3 A INSTITUIÇÃO

Para compreender a chegada da Sociologia na Universidade Federal de Viçosa, é necessário analisar os propósitos da criação desta universidade, que entre 1926 e 1948 era chamada de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). O ex-presidente Arthur Bernardes, um dos idealizadores da criação da ESAV, optou por não seguir a tendência nacional de implantar o modelo europeu de universidade (MATTOSO, 1956, p.31 *apud* COELHO, 1992), mas sim o modelo norte-americano, que naquele momento despontava em avanços nos ramos da agricultura e veterinária.

O projeto da criação da ESAV estava estreitamente ligado às propostas do Congresso Econômico das Classes Produtoras de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte - MG, no período de 13 a 19 de maio de 1903. De acordo com Silva e Borges (2008), a partir do evento, a elite agrária passou a responsabilidade do ensino agrícola elementar de Minas Gerais a tarefa de formar, capacitar e organizar a mão-de- obra rural. Assim, os proprietários rurais teriam maior acesso aos avanços tecnológicos para melhorar os rebanhos e a produção agrícola, avanços que necessariamente deveriam ser disseminados pelas regiões rurais do Estado. A Escola Superior foi criada com objetivos de ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária, e, mais que isso, realizar estudos experimentais visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

O cientista Peter Henry Rolfs ocupava a função de diretor da *Florida Agricultural College*, antes de vir ao Brasil para dirigir a ESAV. De acordo com Silva e Borges (2008), a escolha de Arthur Bernardes ao contratar Peter Rolfs refletia "a escolha do Estado de MG personificado na figura política de Arthur Bernardes por um sistema de ensino que representava a 'pujança' e o desenvolvimento econômico conquistado pela agricultura norte-americana".

Percebe-se, então, que desde seus primeiros momentos da ESAV há a inserção de um pragmatismo, característico de uma ciência utilitarista norte-americana. Tal filosofia segue o modelo do *Land Grant College*, na qual a universidade ideal é aquela que desenvolve juntamente os eixos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

France Coelho (1992) aponta que o acordo entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a embaixada americana foi também uma política estratégica. Arthur Bernardes incluiu em sua campanha para a presidência da República a criação da ESAV, demonstrando, assim, um governo favorecendo as elites agrárias. Devemos lembrar que neste período, do início do século XX, havia uma disputa hegemônica entre os políticos paulistas e mineiros, os movimentos Reação Republicana, sinais de baixa no mercado do café, e o movimento Tenentista intensificaram o rompimento entre as oligarquias. Bernardes apostava no ensino agrícola como a melhor estratégia política naquele momento, enquanto para os norte-americanos, a possibilidade de um terreno fértil para seus investimentos.

Em 1948, a ESAV se amplia e se torna a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), deixando a exclusividade agrária, foi composta pela Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a

Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa, e o Serviço de Extensão (RIBEIRO, 1997, *apud* RIBEIRO, 2009).

A federalização da Universidade foi concretizada pelo o Decreto-Lei n.º 570, assinado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, em maio de 1969 (ARRUDA, 2003), esse processo representou uma grande expansão na instituição, abrindo novos cursos nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Mesmo mantendo a ênfase na agropecuária, a Universidade Federal de Viçosa, começa a assumir definitivamente um caráter eclético.

4 A REVISTA CERES

Uma das mais antigas revistas agrícolas do Brasil, a Revista Ceres surge na ESAV, no ano de 1939, por docentes da própria instituição. Seus responsáveis compunham o Clube Ceres, uma associação científico-cultural criada pelo norte-americano J.B. Griffing, na qual faziam parte docentes e doutorandos da Escola Superior¹. Os primeiros diretores da revista foram os professores Nello de Moura Rangel, Geraldo Gonçalves Carneiro, Octavio Drummond, Arlindo de Paula Gonçalves e o sociólogo Edgard de Vasconcellos Barros.

A Escola Superior contribuía com parte do custo das impressões bimestrais do periódico, de acordo com Borges (2000, p. 324), a Ceres em suas primeiras décadas "publicava tanto artigos científicos originais como textos de divulgação técnica, pois para tal fora criada." Com o passar dos anos, a revista foi se tornando cada vez mais científica, sendo que no ano de 1959 deixa de publicar os artigos de divulgação. Hoje, o periódico com uma tiragem de 500 cópias, é distribuído em 59 países, se concentrando em trabalhos nas áreas de áreas de produção e biotecnologia vegetal, medicina veterinária, zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos, economia e extensão rural, engenharia agrícola e engenharia florestal.

Nas primeiras páginas da revista, além do editorial, encontram-se informações de contato para assinaturas, instruções que para os interessados em anúncios e serviços prestados pela Instituição, e uma nota da Diretoria da Revista informando a não responsabilidade pelos conceitos utilizados pelos autores.

¹ AZEVEDO, 2002

Denilson Azevedo (2002), que analisou 45 números da revista durante o período ESAV, identificou entre os artigos publicados que 44,9% estão relacionados à área de produção vegetal (Agricultura), 32,2% à de produção animal (Veterinária), 13,3% pertencendo às Ciências Humanas, 6,0% ao setor da indústria rural, 3% à área de Engenharia Agrícola e 0,6% mais restritos às Ciências Exatas.

Os textos aqui trabalhados, do universo das ciências sociais, não necessariamente foram escritos por sociólogos, até por que havia uma baixa demanda da instituição por tal área, mas engenheiros agrônomos, economistas e até mesmo médicos se aventuraram ir além de suas áreas e escreverem sobre temas sociais.

5 METODOLOGIA

Antes de iniciar a análise das publicações, esta pesquisa apresenta uma caracterização da história institucional e o perfil da Universidade, assim como do periódico Ceres, material empírico- metodológico que é um instrumento de difusão da cultura em sua própria essência. A atenção para a trajetória das relações políticas entre Brasil e Estados Unidos para o desenvolvimento de convênios também é de grande importância, já que se refletiu em investimentos com capital estrangeiro nas pesquisas da UFV, com intuito de expandir técnicas de produção através da educação rural.

Uma breve discussão acerca da institucionalização e características da Sociologia no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, irá nos permitir identificar notáveis peculiaridades no desenvolvimento das Ciências Sociais em Viçosa. A variação dos temas e conceitos abordados pelos trabalhos intelectuais de Viçosa pode trazer uma grande diferenciação com os publicados na Revista Brasileira de Ciências Sociais/ UFMG², por exemplo, que podem estar relacionados ao *mandato social*³ atrelado a cada instituição, e seu interesse em alcançar determinadas expectativas. Lançar mão da perspectiva histórico-comparada da institucionalização de outros centros acadêmicos nos possibilita explicar traços característicos do que seria a Escola de ciências sociais presente na Instituição (BOURDIEU, 2007) e o ensino de sociologia.

² Consultar Maria Armanda Arruda (1995)

³ O conceito de Mandato Social, de Lúcia Fernández (2009), corresponde ao lugar que os membros da instituição têm reservados na estrutura socioeconômica, devido a todo alicerce que ela oferece aos seus egressos. Tais mandatos sociais podem ser ocultos ou não.

O trabalho sobre a produção bibliográfica exige do pesquisador uma visão abrangente do contexto social e das relações interinstitucionais, além das obras produzidas. Mais do que uma mera classificação documental ou uma avaliação dos trabalhos científicos publicados, este estudo da produção bibliográfica pretende mostrar as primeiras manifestações dos estudos sociais publicados na Revista Ceres. Estas publicações podem nos revelar os objetos de estudo privilegiados pela sociologia feita em Viçosa e suas relações com o Ensino das Ciências Sociais em uma universidade predominantemente agrária.

O recorte do período de 30 anos (1939-1969), que corresponde a duas diferentes fases da instituição, pode permitir uma correlação com possíveis picos de publicações e principais abordagens, considerando que a universidade se tornando estadual inicia-se uma maior abertura para o desenvolvimento das Ciências Humanas. Com a criação dos cursos de Economia Doméstica e das especializações em Economia Rural e Extensão Rural, aumentou-se a demanda de profissionais voltados para as Humanidades (mesmo que seu foco ainda fosse agrário), podendo ter influenciado nas publicações da Revista Ceres no que tange às abordagens e conceitos.

Como se trata de uma revista que teve seu foco direcionado para as ciências agrárias, as poucas publicações da área de humanidades estavam constantemente vinculadas à temas do universo agrário na qual a Instituição estava envolvida. O primeiro trabalho no qual se usou uma classificação para os artigos, foi de Denilson Azevedo (2002), que usou um mesmo referencial tanto para textos da Revista Ceres, quanto para a Revista Seiva (revista organizada por universitários de Viçosa). Azevedo não buscou agrupar textos relacionados às ciências sociais, mas às ciências humanas:

Estudos sobre a história, sociedade, economia, política, cultura, educação, administração e legislação no meio rural. Questões relacionadas à formação dos estudantes, como sobre a prática e a comunicação extensivas, a educação física e as novas áreas científicas. (AZEVEDO, 2002, p. 6)

A partir deste referencial mais amplo e considerando que trabalhos de autores das ciências sociais de Viçosa possuíam uma estreita ligação entre sociologia e ciências sociais aplicadas (Economia), a amostra desta pesquisa seguiu os seguintes parâmetros: selecionar

publicações referentes à política, educação, ensino de sociologia, sociedade rural, desenvolvimento social, e economia. Desta última disciplina foram selecionados textos que abordam aspectos sociais, excluindo as aplicações de leis matemáticas para análises de mercado. Os trabalhos de sociólogos acerca de outro campo do conhecimento também não fizeram parte da amostra, como por exemplo, publicações do advogado e sociólogo Edgard de Vasconcelos no campo da legislação. Assim, segue a tabela dos artigos que compõe esta amostra

Tabela 1

Ano	Título	Autor	Atuação
1940	Da Organização do Ensino Agrícola no Brasil	Moacir Pavageau	Química
1940	Do Negro na Civilização Agrícola do Brasil	Edson Potsch Magalhães	Economia Rural
1940	Do Negro na Civilização Agrícola do Brasil- parte II	Edson Potsch Magalhães	Economia Rural
1941	Zonas Sociais do Estado de Minas Gerais	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1941	Pequena Propriedade e o Cooperativismo	Edson Potsch Magalhães	Economia Rural
1942	Evolução Industrial do Brasil	Jurema S. Aroeira	Horticultura
1942	A Importância Social do Município	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1944	A Organização do Trabalho Rural	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1944	A Organização do Trabalho Rural- II	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1945	Organização Social da Comunidade Rural	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1945	Organização da Comunidade Rural	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1945	O Homem Rural e a Comunidade	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1946	A Escola e a Comunidade	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1947	Pesquisas e Informações Econômicas	Edson Potsch Magalhães	Economia Rural
1947	Superstições, Feitiçarias e Crenças no Meio Rural	Raimundo Lopes de Faria	Higiene Rural
1948	Palestras Agrícolas	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1948	A Comunidade Rural e sua Organização	Antônio Gonçalves de Oliveira	Economia Rural
1948	Superstições, Feitiçarias e Crenças no Meio Rural- parte II	Raimundo Lopes de Faria	Higiene Rural
1949	Palestras Agrícolas-parte II	Edgard de Vasconcelos	Sociologia Rural
1950	Aspectos da Economia Agrícola do Brasil	J. Sampaio Fernandes	Ministério da Agricultura ex-prof da ESAV
1956	A Pobreza Rural em Minas Gerais	Geraldo o. Domingues Machado	Agronomia e Diretor - Assistente da ACAR
1958	As Ciências Econômicas e Sociais no Desenvolvimento da	Erly D. Brandão	Economia

	Agricultura		Rural
1962	Alfabetização e desenvolvimento econômico da agricultura brasileira	João Bosco Pinto	Economia Rural
1963	Agricultura e Desenvolvimento Econômico	G. Edward Schuh	Economia Rural
1965	A formação do Economista Rural	Erly D. Brandão	Economia Rural
1965	A agricultura e o desenvolvimento regional	G. Edward Schuh e Hélio Tollini	Economia Rural
1965	A Formação de Sociólogos Rurais no Brasil, Suas Contribuições Potenciais e Perspectivas de Trabalho	Lytton L. Guimarães	Sociologia Rural
1967	Educação e Desenvolvimento Econômico	Martin T. Pond e Reinaldo de B. Alcântara	Ciências Sociais- Instituto de Economia Rural
1967	Identificação dos Líderes de uma Comunidade pela Técnica Reputação	Martin T. Pond e Geraldo R. Braga	Ciências Sociais- Instituto de Economia Rural
1967	O Desenvolvimento Rural da Comunidade Rural e o Engenheiro Agrônomo	Martin T. Pond e Reinaldo de B. Alcântara	Ciências Sociais- Instituto de Economia Rural
1968	Relações In Group- Out Group, e o Processo de Desenvolvimento	Célio Nogueira da Gama	Sociologia

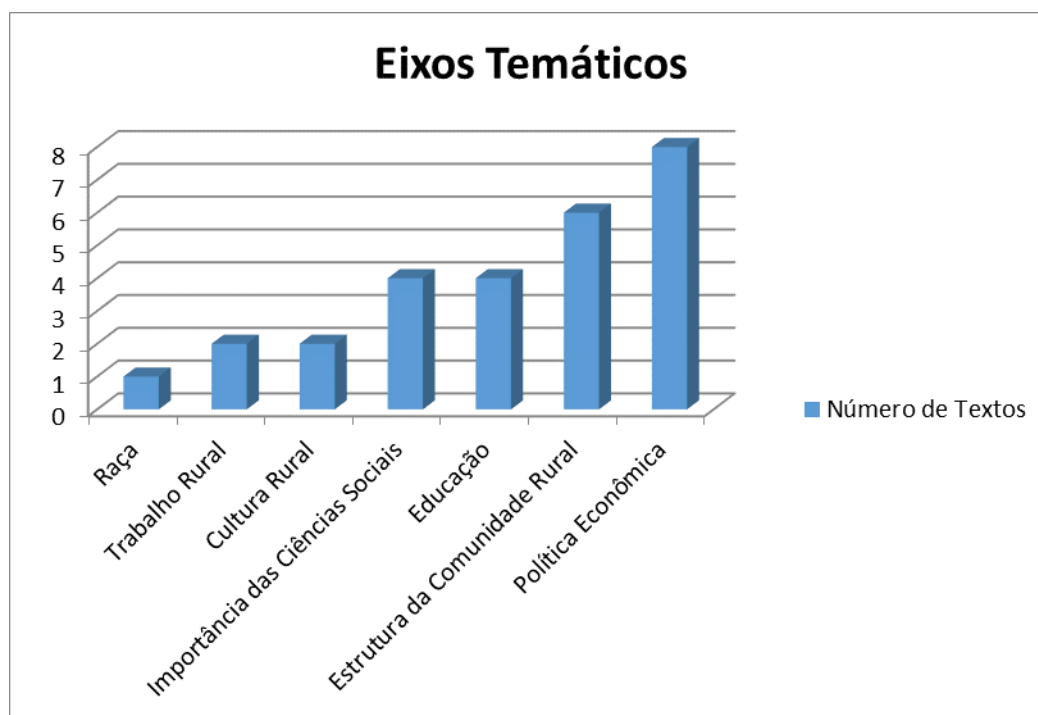
Nos anos 40, enquanto a sociologia nas grandes capitais brasileiras já havia se institucionalizado, havia em Viçosa um campo intelectual que estava começando a se formar, e também a mostrar sua importância enquanto ciência. Porém a preocupação dos estudos da relação entre homem e sociedade não era exclusivamente dos cientistas sociais. Nota-se que entre os autores dos textos selecionados como amostra da presente pesquisa, nem todos possuem atuação na área das ciências sociais, como o professor de agronomia Aroeira, que escreveu sobre a industrialização nacional, e o médico Raimundo de Faria, que fez uma pesquisa acerca das crendices do homem rural.

A opção por incluir os trabalhos de acadêmicos que não eram cientistas sociais, abre espaço para questionar em que medida suas perspectivas de abordagem eram condizentes com as perspectivas dos cientistas sociais de Viçosa e com o saber institucional disseminado naquele momento. Seu conteúdo pode relevar uma demanda dos trabalhos sociológicos em determinadas épocas e também mudanças de finalidades e problemáticas na qual eram realizados os estudos sobre o homem e a sociedade, por parte dos intelectuais de Viçosa. Deve-se destacar, ainda, que mesmo as publicações de cientistas sociais nos primeiros anos da revista, poucos apresentavam um consistente referencial teórico e explícitos métodos de pesquisa, sendo muitos deles reprodução de palestras em eventos internos. Os textos dos anos

50 e 60 já começavam a se encaixar como artigos científicos nos moldes contemporâneos, alguns deles apresentados em eventos específicos de sociologia.

5.1 Eixos Temáticos

A produção pertencente às ciências sociais se inicia no ano de 1940, seguinte ao lançamento da revista. Para análise, os 27 textos foram categorizados em um dos 7 eixos temáticos, abaixo apresentados. Diferente do trabalho de Glaucia Villas Bôas (2007), ao analisar a produção bibliográfica das ciências sociais na Biblioteca nacional, e Maria Arruda (1995), que também analisou os problemas mais abordados pelos intelectuais das ciências sociais da UFMG, esta pesquisa apresenta uma peculiaridade de temas majoritariamente incluídos na categoria de estudos rurais. Houve, então, a necessidade da criação de novas categorias que atendesse a necessidade de uma análise mais apurada da produção bibliográfica em Viçosa. Sendo assim, os eixos temáticos foram criados a partir dos conceitos mais trabalhos nos artigos, e as propostas mais enfatizadas pelos autores, que, não raro, eram direcionadas para uma pauta distinta do título do trabalho.



Deve-se destacar a impossibilidade de trabalhar com categorias autoexcludentes, pois como previsto na hipótese da pesquisa, a grande maioria dos artigos estão direcionadas para o tema do Desenvolvimento Socioeconômico. Deste modo, há uma busca pelos autores em articularem mais de uma dimensão da esfera social que esteja relacionada com a problemática proposta. Por exemplo, a ênfase da expansão da educação relacionada a uma política pública de desenvolvimento econômico ou estudos relativos às relações de trabalho no meio rural, que estão intimamente ligados ao tema da estrutura da comunidade rural.

Na categoria Raça, apenas um texto compõe tal sessão. Mesmo que a proposta do autor fosse dissertar sobre a relação no negro com o trabalho agrícola, o enfoque maior esteve no debate acerca da raça.

Em Trabalho Rural, constam dois artigos, nos quais o foco esteve em defender um modelo mais avançado de produção, assim como meios de transferir para o campo os modelos aplicados na indústria.

Na categoria Educação, engloba-se trabalhos que enfatizam a importância da escola na sociedade, a atuação da educação de forma extensionista, e os impactos da educação no desenvolvimento econômico.

Na sessão Política Econômica, os artigos tratam de variados assuntos para chegar à um mesmo fim: o desenvolvimento econômico. Constam nesta sessão assuntos como a valorização da agricultura diante da indústria, o debate sobre o tamanho da propriedade e a relação com a economia por meio do cooperativismo.

Na Categoria Cultura Rural, os trabalhos incluídos traziam discussões envolvendo crenças e modo de vida da população a partir de suas experiências, que compõem a cultura daquela população.

Em Estrutura da Comunidade Rural, encontra-se os estudos acerca organização dos grupos rurais. Os artigos têm bastante relação com a categoria Trabalho Rural, já que grande parte destas publicações tinha a finalidade de compreender o funcionamento da comunidade rural para um melhor subsídio de intervenção em sua economia.

Na categoria Importância das Ciências Sociais, encontra-se textos que discutem sobre a valorização do profissional destas ciências, e seu papel diante dos processos de transformação na sociedade.

6 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E ENSINO NO PERÍODO PRÉ-UFV

Enquanto os currículos dos cursos de agronomia do Brasil eram influenciados pelas escolas francesas e alemãs (MALAVOLTA, 1981 *apud* COELHO, 1992), Viçosa nas primeiras décadas foi uma exceção por seguir estritamente os padrões norte-americanos. O modelo *Land Grant College*, com o ensino- pesquisa- extensão, sempre foi pautado no lema de "aprender fazendo", Peter Høfs prezava que os alunos, independentemente do status, tivessem contato direto com a terra e não se limitassem aos livros.

Devemos sempre lembrar que em uma Escola de Agricultura, é a Agricultura que deve ocupar o lugar de importância no programma. Sendo o tempo dos alumnos principalmente occupado com o estudo de História, línguas, mathematica, sciencias naturaes, chimica, physica, etc., não formará bons fazendeiros. Scientistas excellentes poderão ser produzidos, se a instrucção for bem-feita, mas em Escola de Agricultura devemos visar principalmente produzir os agricultores de que o Brasil tanto carece. (ROLFS, 1928, p. 24-25 *apud* SILVA; BORGES, 2008).

Ensino que não tinha muita aplicabilidade na agropecuária, não tinha muito espaço na ESAV, já que não viam grandes contribuições do dito ensino enciclopédico para o avanço econômico do Estado de Minas Gerais. O alvo da ESAV era a renovação do campo, via racionalização do meio rural (DULCI, 1999, p. 52-53 *apud* SILVA; BORGES, 2008), onde a preocupação era fazer com que o produtor rural rompesse com o empirismo do trabalho no campo e aderisse às tecnologias apresentada pelos esavianos, em graus que variavam da formação de técnicos, destinada à para capatazes, ao ensino superior, voltado para filhos das famílias de produtores rurais.

Percebe-se que a proposta da instituição já nos mostra uma sintonia da estrutura dos cursos com a estrutura que vinha sendo disseminada com a divisão social do trabalho, preparando especialista em realizar um serviço específico, e também profissionais capacitados para orientar e supervisionar os trabalhadores braçais.

Fabício Silva e Vera Borges (2008) enxergam o projeto da ESAV como sendo forjado para promover a racionalização do campo, que, para os acadêmicos, alcançar a sonhada modernização da agricultura mineira seria reinventar o caipira brasileiro. Esta

reinvenção seria transformar o caipira no *Farmer* americano, o tipo ideal de produtor rural que deixaria o modo rústico de trabalho e usaria as novas tecnologias para maximizar a produção.

7 PANORAMA DOS PRIMEIROS MOMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

A partir de 1930, a reorganização do ensino superior nacional o investimento em centros de investigações abriu espaço para a institucionalização das Ciências Sociais nas principais cidades do país. Esses intelectuais compunham um grupo formado por juristas, engenheiros e médicos e fundamentavam suas reflexões principalmente por fatores biológicos e evolucionistas, cujas intenções não eram, propriamente, fazer uma obra de investigação sociológica, mas de esclarecer certas relações considerando seus fatores sociais (SILVA; SILVA, 2012). Miceli (1995) afirma que estes pesquisadores mantinham estreita relação com os interesses do empresariado e políticos da época, conseqüentemente, se distanciando dos interesses das classes populares.

Com os processos de modernização do país, que desencadeou profundas transformações políticas e institucionais, começa a se dar importância para a institucionalização e consolidação de cursos de Ciências Sociais. De modo que fosse possível fundamentar-se no uso do pensamento racional como forma de explicação das condições histórico-sociais que contribuiriam para a formação da sociedade brasileira.

A partir da década de 1940, os estudos sociológicos no Brasil foram marcados por monografias incentivadas por autores como Claude Levi-Strauss e Samuel Lowrie, que compunham a primeira equipe de pesquisadores estrangeiros que vieram para o país. Entre estes pesquisadores, havia a presença de americanos, franceses e alemães, o que expressa a influência desses países na cultura universitária no setor das ciências sociais brasileiras. Esse incentivo no campo da produção científica demarcou a consolidação da Sociologia como ciência e profissão, identificando seu reconhecimento e produtividade, bem como definiu um modo de fazer análise que integrava estudos empíricos metodologicamente conduzidos ou teorias empiricamente fundamentadas.

Em São Paulo, a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Universidade de São Paulo), no ano de 1934, ocorreu em um momento conturbado da política, em que se assistia o final da política do café com leite. Sua fundação se deu por parte da elite paulista que desejava reconquistar seu lugar de destaque na política nacional por meio da capacidade técnica e do domínio científico (QUEIROZ, 2009). Tal fato justifica a particularidade de São Paulo não possuir sua produção de conhecimento vinculada aos recursos do Estado, mas sim subsidiada financeiramente pelo setor privado.

A institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro se distanciou a de São Paulo por ter maior produção de pesquisa em instituições e, principalmente, devido às suas Universidades Públicas possuírem uma pequena autonomia e exacerbado controle do governo, que mantinha assim a produção científica dependente do sistema político (SILVA; SILVA, 2012).

Enquanto na capital federal vai se construindo uma hierarquia de objetos e problemáticas em função de sua relevância para o debate político mais amplo, o que equivale a dar prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, em São Paulo logo prevaleceu uma hierarquia propriamente acadêmica privilegiando os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual. (MICELI, 1995, p.104)

Na capital mineira, a criação da universidade fazia parte de um projeto que visava a conquista do espaço político no âmbito nacional (DIAS, 1986 *apud* ARRUDA, 1995). O curso de Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais, a princípio apresentou uma certa carência de formação especificamente sociológica, já que se compararmos com São Paulo, a missão estrangeira já trazia toda uma tradição sociológica europeia. Por outro lado, afirma Maria Arruda (1995), a sociologia de Belo Horizonte viria se destacar na compreensão dos aspectos institucionais do poder.

Assim como em Viçosa, a Fundação Ford esteve presente patrocinando a formação de estudantes nos Estados Unidos. Em um primeiro momento a influência da sociologia da Universidade de Minas viria a ser bastante neo-positivista (CINTRA *apud* ARRUDA, 1995), até que adquirisse sua própria marca. A classe intelectual mineira sempre deu muita atenção à problemática regional, alguns campos temáticos de destaque na revista eram:

Desenvolvimento, Teoria, Classes e Estratificação Social, Economia Regional, Conjuntura Econômica, Política, História das Ideias, Sociologia do Trabalho.

No último volume da Revista, em 1966, Arruda (1995) destaca a chegada de uma nova matriz intelectual, o debate acerca das fundamentações marxistas dos acadêmicos da USP, que eram mantidas com certo distanciamento pelos mineiros. A orientação norte americana dos mineiros colocava em discussão o processo de construção do saber de orientação marxista, mas em alguns casos até tendo abertura para mesclar as diferentes tradições.

7.1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM VIÇOSA

A institucionalização das ciências sociais em Viçosa ocorreu de forma bastante tardia, e isto está diretamente ligado ao projeto inicial da ESAV. Porém, mesmo sem ofertar uma graduação em ciências sociais, a presença da Sociologia na UFV vem desde o final da década de 30, em forma de disciplina para a graduação em Agronomia.

A Sociologia presente em Viçosa era especificamente a Sociologia Rural, com um saber não tão voltado para uma autorreflexão da Sociologia, mas com preocupações de sua aplicabilidade, afinal, se em uma instituição em que a Extensão estava em primeiro plano, a sociologia representava um elo entre as ciências agrárias e a sociedade rural.

Moacir Pavageau (1940), em seu artigo publicado na Revista CERES, chamado *Da Organização do Ensino Agrícola no Brasil*, apresenta um organograma da estrutura das Ciências Agrônomicas, mostrando detalhes do ensino proposto pela ESAV. De acordo com Pavageau, tais ciências seriam compostas por: Agronomia, Zootecnia, Fitotecnia, Engenharia Rural, Biologia, Química e Sociologia Rural. O autor destaca ainda que a Sociologia Rural estava colocada dentro do programa do ensino superior para "significar seu caráter utilitário culminante, pois, a Agronomia tem por fim 'provar as necessidades do homem!'" (PAVAGEAU, 1940, p. 129).

A princípio o ensino de Sociologia vem a partir da disciplina de Legislação Rural (COELHO, 1992) lecionada por John Benjamin Griffing - especialista em algodão, que foi o segundo diretor norte-americano da instituição e um dos responsáveis pelo incentivo à especialização dos graduandos brasileiros em universidades dos Estados Unidos.

Já no segundo semestre em que foi ofertada, a disciplina ficou sob a responsabilidade de Edgard de Vasconcelos Barros, que tinha formação em Ciências Jurídicas e Sociais, pela

Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. e se especializar na área da Sociologia. “A sociologia rural vai iniciar apenas em 1939, com o Prof. Griffing que veio e criou dois cursos (que hoje chamaríamos de disciplina): o de Jornalismo e um curso de Sociologia Rural. Ele extinguiu o curso de legislação, pois achava muito restrito e deu mais enfoque aos assuntos de Sociologia Rural.” (VASCONCELOS *apud* COELHO, 1992).

A ESAV foi a primeira instituição do país a ofertar o curso complementar de Sociologia Rural, que Edgard de Vasconcelos (1945) apresenta com orgulho por ter um direcionamento diferente do padrão do ensino de Sociologia, em seu artigo *O Ensino da Sociologia Rural, na ESAV*. Edgar de Vasconcelos aponta a importância da Sociologia Rural, como uma ciência que trabalha com o plano dos fatos e não no plano das ideias, aponta também a dificuldade de se realizar um curso deste segmento sem muitos dados de levantamentos rurais feitos no Brasil para apresentar aos alunos.

Um melhor ensino de Sociologia Rural, de acordo com o autor, seria se fosse possível que os estudantes pudessem se dedicar inteiramente aos trabalhos de campos, para que eles mesmos pudessem examinar a realidade rural, todavia, Edgar afirma que:

Isto só seria possível se houvesse um ano, no currículo da Escola em que a Sociologia Rural fosse a única matéria a ser estudada. Mas infelizmente estamos ainda longe desta época, e muito mais distanciados ainda daquelas em que possamos ter, entre nós, escolas superiores de sociologia, mormente depois que vimos esta ciência completamente banida dos cursos clássicos e científico, com a última reforma do ensino. (BARROS, 1945, p. 15)

O texto, escrito cerca de cinco anos após o início do ensino de sociologia, defende a ideia de que limitar a sociologia ao plano teórico só serviria para entediar os alunos. Edgar de Vasconcelos se mostrava confiante de que os pequenos resultados já obtidos representaram um sucesso diante do "ato de quase indisciplina" da ESAV ter se afastado dos padrões de ensino de sociologia que havia no Brasil.

De uma coisa, porém, estamos convencidos: quando se estudar a história das primeiras pesquisas sociológicas realizadas no Brasil, caberá, por certo, à nossa Escola a glória de ter sido o primeiro estabelecimento de ensino a ministrar com regularidade, um curso de Sociologia Rural. A ESAV será

considerada, portanto, a pioneira deste ensino no Brasil... (BARROS, 1945, p. 16)

8 PUBLICAÇÕES NA REVISTA CERES

8.1 Categoria Raça

Ano	Título	Autor
1940	Do Negro na Civilização Agrícola do Brasil	Edson Potsch Magalhães

O primeiro trabalho publicado no periódico pertencente ao campo das ciências sociais foi escrito pelo economista Edson Potsch Magalhães, no ano de 1940. O texto "Do negro na civilização agrícola do Brasil" originalmente foi divulgado em uma conferência realizada no Clube Ceres.

Edson Postsch (1940) trabalha com a ideia de raças humanas como sendo "entidade natural ou física, como o conjunto mais ou menos numeroso de indivíduos de idêntica constituição anatômica, a qual se transmite por hereditariedade" (p.404). A relação entre condições geográficas e a raça são o foco central deste trabalho, onde, afirma-se que há raças que se acomodam em determinados climas e outras não se adaptam, não tem compatibilidade.

(...) tenhamos em conta, porém, que a raça, sendo entidade natural, nada tem de ver com as entidades de ordem artificial: línguas, costumes, religiões, nacionalidade, etc. Pode haver indivíduos da mesma raça que se exprimem em diferentes idiomas, que rezam por credos diferentes, que usam costumes desiguais, etc. Ex: negro no Brasil fala português. Não muda, porém, de raça. Continua a ser negro. (MAGALHÃES, 1940, p. 404)

A justificativa da adesão à escravidão por parte dos portugueses deve-se pela não consciência, por parte dos portugueses, de que as demais "raças" fossem humanos comuns, e não objetos. Para isso o autor se utiliza de uma interpretação evolucionista, colocando este ato português, como sendo, ainda, um ato bárbaro. Da mesma maneira interpreta a espiritualidade

dos povos dos diferentes continentes, se utilizando dos padrões teológicos de Comte (LACERDA, 2004) compostos pelo fetichismo, astrologia, politeísmo e monoteísmo.

Para isso remete a Oliveira Vianna, ao justificar as raízes de tipos europeus e seus comportamentos na colonização. Edson Potsch afirma que o negro escravizado era destituído de cultura, educação e sociabilidade para ser livre, "talvez pelo nosso sentimentalismo, julgando ter, na ocasião, prestado uma homenagem, um alto benefício, à raça que tanto cooperou para a constituição econômica do Brasil" (p.464)⁴. O direito à liberdade do negro, não é tido como uma conquista ou uma condição mínima, mas como um donativo que os brancos ofereceram aos que trabalharam forçados para manter a economia nacional.

Fazem parte das referências do autor Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, que representam a primeira corrente dos estudos do negro no Brasil, apesar das diferenças teóricas. Em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha mostra uma linha teórica influenciada pelo determinismo antropogeográfico de Friedrich Ratzel, de acordo com Guerreiro Ramos (1954), o ambiente teria um forte papel condicionador na ação dos indivíduos em sua cultura. Euclides da Cunha foi um dos primeiros a lidar com o tema com uma preocupação mais científica, se esforçando para ir além da transplantação de quadros teóricos europeus para a realidade brasileira. Porém, o autor acreditava que a mestiçagem, por ter ascendentes indígenas, teria uma intelectualidade comprometida e, assim, seria prejudicial à nação.

Há uma grande diferença na obra de Euclides para a corrente de Nina Rodrigues e Artur Ramos, ambos constando nas referências de Edson Potsch, enquanto Euclides da Cunha via o mestiço, mesmo que problemático, como um irmão brasileiro, e não como um estranho à comunidade nacional. Arthur Ramos e Nina Rodrigues compõem uma linha das ciências sociais⁵ que tratavam este tema como o *problema do negro*. Inclusive Edson Potsch, ao se referir ao crescimento da população negra nos Estados Unidos. Mas para o esaviano, se tratava apenas de refletir sobre a redução do contingente negro, mas "Sem preconceito de raça"⁶...

Como os dois últimos autores, que focavam em uma análise sobre a população negra e sua sobrevivência no Brasil, Potsch apontava para o fim da raça negra no Brasil, todavia,

⁴ Retirado da continuação do artigo, presente no periódico de 1940, volume 1, número 6.

⁵ RAMOS, 1954

⁶ POTSCHE, 1940, p. 466

compartilha do pensamento de Gilberto Freyre, no qual crê no nascimento de uma nova raça brasileira, mesclada entre índios e brancos.

8.2 Categoria Trabalhador Rural

Ano	Título	Autor
1944	A Organização do Trabalho Rural	Edgard de Vasconcelos
1945	Organização Social da Comunidade Rural	Edgard de Vasconcelos

Em 1944, Edgard de Vasconcelos escreve *A Organização do Trabalho Rural*, que em sua percepção se encontra majoritariamente *desajustado*. O conceito de desajustado é definido como a "falta de ajustamento do homem às funções que desempenha, ou o emprego de processos antieconômicos de produção" (Barros, 1944, p. 371). Deste modo entende-se que o homem deveria se adequar as exigências sempre pautadas pelo mercado.

O autor faz uma crítica aos planejamentos governamentais, que não se ajustam à realidade. Nesta atuação dos sociólogos, o autor cita as grandes diferenças entre os norte-americanos e os sul-americanos. Os primeiros têm "mania de inquêritos", das *pesquisas diretas*, de modo a consultar os fatos antes de realizarem informações no campo das ideias. Enquanto isso, os sul-americanos, fazem o contrário, preferem o campo abstrato das ideias para só depois partir para a realidade. Fato este, que para Vasconcelos, impede o Brasil de aproveitar os recursos da natureza e construir uma grande civilização material, assim como os norte-americanos, que conseguiram um acelerado *desenvolvimento material*. Aqui se tem preferido o *trabalho de gabinete* à *pesquisa de campo*:

Com isso construímos uma civilização de ideias aparatosas, sem uma estrutura sólida, na realidade dos fatos. Fugimos deliberadamente ao contato da terra que tantas coisas nos sugere para nos entregarmos, tão somente, às nossas próprias ideias. Diz o grande sociólogo americano Edward A. Ross que 'os povos nascidos nos trópicos se acostumam desde cedo, a esperar demais da Natureza, que lhes faça uma boa parte do trabalho. (BARROS, 1944, p. 272)

Edgard de Vasconcelos defende que pela fadiga causada pelo calor dos trópicos sempre busca pensar mais do que fazer, e muitas vezes as soluções encontradas não são adequadas.

Não faz parte da orientação do autor uma exigência pela troca desenfreada do trabalho braçal pelo maquinário, pelo contrário, acreditava que um trabalho organizado de maneira eficiente poderá aumentar a produção sem trazer tanto desgaste para o homem do campo. A organização do trabalho, baseada em dados científicos, passara a ter tanta importância quanto o capital, a natureza e o trabalho em si. A desorganização e o trabalho desgastante, sem alta produtividade, têm como solução ações educativa e também técnica. Entraria aí a importância de "impor métodos racionalizados", por meio da persuasão e de resultados práticos, já que havia resistência dos fazendeiros em deixar as técnicas tradicionais.

Em seu artigo, é enfatizado a divisão dos homens por tarefas. Etapa em que seria necessário um mapeamento das atividades, e o tempo mínimo gasto para sua realização, explicitando a necessidade de haver uma *divisão do trabalho*. Com a divisão, cada trabalhador deveria realizar uma quantidade de atividades possíveis dentro de um determinado espaço de tempo, de maneira eficiente. Deste modo, a vida em uma propriedade rural deveria ter seu funcionamento similar à uma máquina, sendo que cada homem, assim como peças, tem sua função para manter o funcionamento harmonioso desta máquina.

A divisão do trabalho poderia ser feita de acordo com o sexo e a idade, sendo que algumas atividades seriam facilitadas por tais condições. Os fins destas medidas eram aumentar a cooperação, que conseqüentemente com a alta produtividade, enquadraria a fazenda brasileira nos padrões da modernidade.

Um serviço de extensão agrícola eficiente traria grande contribuição para esta problemática. Edgard de Vasconcelos destaca que nos Estados Unidos estes serviços fazem parte especialistas da Escola de agricultura ou de sociologia rural. O alto investimento do governo nestes pesquisadores é essencial para a reorganização do trabalho rural. Enquanto esse dia não chegava, o autor exaltava a Semana do Fazendeiro, enquanto evento Extensionista modelo.

Em 1945, Edgard de Vasconcelos inicia seu texto, *Organização Social da Comunidade Rural*, afirmando que não é possível traçar um plano nacional de organização da comunidade rural para o Brasil. Isso devido à tamanha diferença existente de um Estado para

outro, assim como entre os municípios. Sendo uma problemática do campo da sociologia rural, esse campo tem o caráter local, assim, o esaviano dá extrema importância ao âmbito do micro, defendendo que cada fazenda deveria ser estudada como um caso particular, sendo falha qualquer tentativa de traçar planos nacionais.

Tal opção é tomada a partir de parâmetros metodológicos, que é explicado pelo autor em uma analogia com a medicina. O autor dizia que assim como a medicina não acreditaria que uma moléstia se manifestasse sempre da mesma maneira em diferentes pessoas, o sociólogo tem em mãos sintomas gerais de um problema social, porém pode apresentar características diferentes de acordo com os ambientes.

Edgard de Vasconcelos exemplifica com o estudo da organização do trabalho rural, que se em uma fazenda encontra-se desorganizado, a função do sociólogo será de traçar um plano seguro de *escolha e preparação* do produtor rural. Para que tal escolha seja a correta, deve-se ter o homem devidamente ajustado ao habitat.

E como, no Brasil, as condições desse 'hábitat' variam sensivelmente, é preciso escolher entre os vários tipos étnicos, que constituem a massa de nosso povo, um que se ajuste perfeitamente a cada área geográfica. De acordo com as influências climáticas poder-se-á escolher, por exemplo, um colono ou um trabalhador rural adaptável a esta ou aquela região. (Barros, 1945, p. 33)

Se utilizando de um conceito da biologia, o de aclimatação, baseou sua ideia na teoria de Oliveira Vianna, em *Raça e Assimilação* (1932), que para cada um dos climas presentes no território brasileiro, havia uma etnia que melhor se adaptava, sendo chamada de tipo étnico ideal. Cita o exemplo da prosperidade dos colonos em áreas específicas no Estado de Minas Gerais, sendo justificadas exclusivamente à adaptação às *condições climáticas*. Os "elementos nórdicos" pouco se adaptaram às regiões mesotérmicas, ao serem expostos ao calor perdem muita capacidade de trabalho, além de apresentarem elementos de degenerescência já na primeira geração. Enquanto isso, os povos do mediterrâneo não apresentaram nenhum sinal de enfraquecimento.

Isto passaria a ser relevante para a organização social da comunidade rural à medida que fosse preciso escolher um trabalhador. Não sendo pautado pela simpatia, mas sim pelo grau de cultura e capacitação técnica do possível funcionário, e no caso de faltar tal preparo, o

sociólogo recomenda o que tenha propensão a aprender. Sendo enfatizado a atenção que o fazendeiro deve ter ao selecionar um trabalhador, considerando tanto sua capacidade física quanto mental.

A capacitação do homem do campo tornou-se uma exigência dos novos tempos, tanto para o conhecimento de mecânica, quanto para o treinamento de novos trabalhadores. Com a chegada de maquinário, o conhecimento rústico das técnicas rurais estava cada vez mais considerado antieconômico. A vantagem das máquinas, descrita pelo autor é a redução do esforço do homem, já que cada vez mais elas estão presentes no meio rural, para contribuir com o aumento da produtividade.

Edgard de Vasconcelos considera tão relevante a capacitação do homem rural, que faz a sugestão para Estado criar instituições de ensino agrícola, e também a criação de *comissões de técnicos*, a fim de percorrer as zonas rurais e treinar os agricultores interessados, que atuariam como *professores visitantes*, sendo subsidiados pelos Governos estaduais. A partir daí os técnicos deveriam fazer propagandas e boletins elucidativos que mostrassem as vantagens desta mudança. O sociólogo busca uma "reforma" da comunidade rural brasileira, que afirma ser complexa, sendo necessária repassar conhecimentos científicos para o produtor rural, de modo que haja um melhoramento inclusive nas condições higiênicas e de uma alimentação racional.

A influência do livro *Raça e Assimilação* (1932) de Oliveira Vianna é bastante presente no pensamento de Edgard de Vasconcelos, neste período, assim como a do norte americano Edward Ross, que foi uma das grandes influências de Simonsen (MAZA, 2012). Ross foi um acadêmico influente tanto nos campos da sociologia quanto economia norte americana do início do século XIX, sendo o expoente dos estudos do controle social.

O norte-americano também trazia explicações originárias da pré-disposição das raças, e sua adaptação com determinados tipos de trabalhos. Durante as construções das ferrovias que atravessavam seu país, por exemplo, os nativos seriam mais aptos ao trabalho por terem maior produtividade, afirmou Ross (*apud* LEONARD, 2005), no entanto, os imigrantes chineses estavam racialmente dispostos à fazerem o mesmo trabalho por um menor salário.

Se aproximando da administração científica, Edgard de Vasconcelos enxerga no modelo de empresa rural, a solução para o melhor aproveitamento de recursos e modernização do modo de trabalho. Assim, a gestão eficaz seria aquela que aplicasse os métodos do

taylorismo, a fim de maximizar o uso das forças de trabalho, e isso, para Vasconcelos, não excluía a escolha de uma etnia que se adequasse melhor à determinada atividade. O autor demonstra que o sociólogo, enquanto responsável por diagnósticos e projetos que reeducasse o produtor rural, tem a função de facilitar o processo em que os indivíduos se encaixam à nova natureza das coisas, um pensamento bastante organicista que remete ao sociólogo francês Émile Durkheim.

De acordo com Cleiton dos Santos (2014), o taylorismo consiste em uma sequência hierárquica, a qual o trabalhador está submetido, onde executa os procedimentos que foram estabelecidos previamente pelo seu superior. As normas internas são necessárias para alcançar a meta de produção, o que enfatiza a importância de um agente fiscalizar na divisão do trabalho. Muito antes das publicações de Vasconcelos Barros, ainda na década de 20, a ESAV em seu estatuto já apresentava características de um modelo de ensino estritamente ligado à uma divisão de trabalho no meio rural, como consta nas primeiras seções desta pesquisa.

8.3 Categoria Educação

Ano	Título	Autor
1946	A Escola e a Comunidade	Edgard de Vasconcelos
1948	Palestras Agrícolas	Edgard de Vasconcelos
1962	Alfabetização e desenvolvimento econômico da agricultura brasileira	João Bosco Pinto
1967	Educação e Desenvolvimento Econômico	Martin T. Pond e Reinaldo de B. Alcântara

A Escola e a Comunidade, primeiro artigo da categoria Educação, foi publicado em 1946, por Edgard de Vasconcelos, que apresenta a escola como uma das *agências sociais* mais importantes da vida moderna. Sua função já não é apenas a alfabetização, apesar de que no Brasil, mesmo em alguns centros urbanos, a escola teria se limitado a isso. Assim, a escola brasileira ainda não teria estrutura suficiente para ser considerada uma agência de vida social, tendo como base os países “civilizados”.

O autor expõe algumas hipóteses do que poderia estar travando o desenvolvimento da educação brasileira. A primeira poderia ser devido a cultura brasileira, ao temperamento e as condições do país pouco povoado. Em outros tempos, era a Igreja a principal agência social que preparava o indivíduo, apesar de que ainda se mostrava mais importante que a escola nas

idades do interior. A Igreja continua exercendo um grande número de funções, além da assistência espiritual. Por vezes, organiza *confrarias*, grupos pró-sociais, que realizam trabalho educativo, que mesmo limitado, tem contribuído com localidades que tem pouco apoio do poder público.

Apesar da importância do trabalho que realizam, a Igreja ainda tem a limitação de muitas funções, que exigem um trabalho mais complexo e a entidade religiosa não consegue realiza-lo sem quebra de orientação religiosa. Este é a grande razão da escola expandir sua atuação, e ocupar o centro da vida comunitária.

À medida que a humanidade vai racionalizando todos os seus atos, tem necessidade, também, de modificar a estrutura dos seus grupos, ora para limitar-lhes as funções, ora para amplia-las, como no caso da escola. Aliás, a própria evolução parece que se encarrega de realizar essas reformas. E para que possamos compreender bem o sentido desta grande verdade, basta, apenas, que nos lembremos do papel que a família desempenha hoje e do papel que a família desempenhou ontem. Nenhum exemplo ilustra melhor essa afirmação. (Barros, 1946, p. 103)

Nos tempos antigos, com o patriarca/ chefe de família garantindo sua autoridade, a família sendo uma grande unidade, exercia diversas funções como um grupo primário, desde a aprendizagem da língua, religião e até a profissão. Hoje todas estas funções são delegadas a distintos grupos sociais. Com a diminuição da autoridade paterna, o que ocorre é que uma maior carga de problemas é passada para a escola.

Para Vasconcelos, a escola deveria suprir esta necessidade, e para isso necessitava tanto de *equipamento material*, quanto de *equipamento cultural*. Devido à dimensão de sua importância para a comunidade, é necessário melhorar seu patrimônio e também a capacitação dos professores, para que tenham uma visão mais abrangente da vida social e da importância da educação para a formação do cidadão. O autor afirma que é importante tanto a *instrução formal* quanto a *informal*. A escola não pode ser vista pelos jovens como uma local de tortura intelectual, mas um espaço de bases democráticas que permita o ensino e também um centro de diversões e reuniões, na qual a comunidade possa estar presente tanto nos dias de trabalho, quanto para descanso.

Em 1948, o mesmo autor publica o artigo *Palestras Agrícolas*, dividido em duas partes, mostrando a importância das palestras e ações pessoais na função de melhorar as comunidades rurais, no que tange a assuntos econômicos e sociais, para que o progresso alcance o homem rural. Esta deve ser planejada, anunciada e apresentada por comissões específicas, de modo que toda palestra possa *divertir, informar e instruir* os habitantes rurais com conhecimentos racionais e menos empíricos.

A equipe deveria se preocupar com o convite para o padre e à professora rural, já que estes dois tem bastante consideração entre a população rural e os inspiram confiança. O padre devido ao profundo espírito religioso da população e, assim, como a professora rural, conhecem bem seus hábitos e seus "sistemas", seus temperamentos, "sua psicologia".

A comissão de palestras agrícolas trabalharia em duas etapas: a pesquisa e a ação. A pesquisa dos problemas rurais que afetem a população que será visitada deve ser feita de maneira eficiente, para que identifiquem os reais problemas daquele grupo, e em segundo plano, seja sugerido novas alternativas de produção.

O técnico e pesquisador do Instituto de Economia Rural da UREMG, João Bosco Pinto, publica uma pesquisa em 1962 chamada *Alfabetização e Desenvolvimento Econômico da Agricultura Brasileira*. Inicia seu trabalho com a discussão que se passava naquela época sobre a adoção dos termos Desenvolvido e Subdesenvolvidos, onde julga inadequada a classificação do Brasil na segunda categoria, pois o que é de fato é um país desigualmente desenvolvido. Não há só áreas subdesenvolvidas no Brasil, há setores de nossa sociedade que estão em um ritmo de desenvolvimento excelente.

A agricultura é um setor frequentemente afetado pelo subdesenvolvimento, o que coloca a possibilidade de risco de toda a sociedade entrar em colapso, pois é o setor que fornece alimento, matéria prima para o comércio e indústria, representa maior parte da economia e abastece o mercado interno, afirmava João Bosco Pinto. Entendendo desenvolvimento da agricultura como aumento de produtividade, para o autor, é o analfabetismo que impede a agricultura de se desenvolver, já que é indispensável a disseminação de novas tecnologias. Suas influências teóricas dizem que o analfabeto tem maior resistência em aceitar novas técnicas, pois seu campo psicológico está limitado às suas próprias experiências. O artigo tem como objetivo então mostrar como a alfabetização influencia a disposição do indivíduo para mudança; para escolha ocupacional; e para os níveis

alimentares. Um segundo objetivo seria mostrar que o analfabetismo limita a motivação pessoal e as possibilidades de acessos.

A pesquisa foi realizada em Agosto de 1961 em São José do Triunfo, que naquele momento ainda era um povoado, a 8 km da cidade de Viçosa. Esta é uma região rural composta por negros e mulatos, havia 400 habitantes, agrupados em 87 famílias, na qual metade da população trabalha na agricultura. Confirma-se a primeira hipótese de que os alfabetizados estão mais dispostos a sair do povoado, pois o acesso a informação influenciaria o campo psicológico do indivíduo aumentando suas motivações.

Em se tratando da adoção de novas técnicas, é de se supor que a alfabetização influa favoravelmente, pois tal aceitação pressupõe uma disposição para mudar a uma motivação suficientemente forte que possa vencer as barreiras do costume e da tradição. Os extensionistas cujo principal esforço tem sido fazer com que o homem do campo aceite as inovações indispensáveis ao desenvolvimento agrícola, talvez nos dessem razão, quando afirmamos enquanto não se processar a alfabetização em massa do homem do campo, o trabalho do extensionista será limitado, difícil e pouco frutuoso. (PINTO, 1962, p. 278)

Em meio a discussão sobre a expansão da alfabetização, surge a questão de que ela poderia intensificar o êxodo rural mais intenso. João Bosco Pinto acredita que em partes, a alfabetização incentivaria esta busca por melhor condição de vida, porém os que ficassem no campo estariam propensos a utilizarem novas técnicas.

A alfabetização seria benéfica aos que permanecem no campo e também para quem vai para a cidade, por aumentar sua chance de emprego. Lembrando que naquele contexto, de acordo com o autor, havia uma massa analfabeta que ao migrar acabava voltando para o campo ou ficava desempregada em favelas. Isso seria confirmado naquele povoado pesquisado.

O próximo ponto da pesquisa foi referente à influência da alfabetização sobre a alimentação. Os dados de São José do Triunfo comprovaram as hipóteses de que a alfabetização influencia indiretamente alimentação, isto porque, o indivíduo alfabetizado tem uma ocupação melhor, o que irá trazer um aumento de renda, e assim teriam condições de melhorar a alimentação. Outra conclusão foi de que existe uma influência direta entre alfabetização e melhora na alimentação, devido à ampliação do campo psicológico do indivíduo, que irá aumentar suas aspirações. O controle de tais decisões alimentares no lar é

tomado pelos pais, deste modo, se ambos os cônjuges são alfabetizados mais altos é o nível alimentar da família.

Estes dados que confirmavam as teorias utilizadas por João Bosco Pinto, serviram de justificativa para mostrar como o analfabetismo é o grande *Fator de Resistência* à inserção de tecnologia na produção agrícola. Esse fator é o que desencadeia o entrave no Desenvolvimento Econômico brasileiro. Agora havia a convicção de que tenderia ao fracasso qualquer tentativa de desenvolvimento rural a curto prazo como o crédito rural e serviço de extensão, pois sem a erradicação do analfabetismo, o investimento não teria resultados efetivos.

Em 1967, a CERES publica um trabalho que fora apresentado na IV Jornadas Sociológicas de Juiz de Fora, chamado *Educação e Desenvolvimento Econômico*. Os autores foram Reinaldo Alcântara, que na ocasião era estudante da UREMG, e o professor e cientista social Martin Pond, que veio pelo programa USAID/ Purdue/ UREMG, para trabalhar no Instituto de Economia Rural da universidade.

Pond e Alcântara tratam uma linha de pensamento em que põem em lugar de destaque a ideia de liberdade e democracia. O Norte americano traz para a os últimos anos da UREMG uma concepção de que desenvolvimento e bem-estar econômico está intimamente ligado ao grau de democracia presente nas instituições políticas da nação. Detalhe importante é que o cenário político brasileiro presenciava, três anos antes, a queda do sistema democrático e início do governo militar.

Através de um referencial vindo da Economia de Produção, os autores buscaram uma função que correlaciona-se a educação com a renda nacional. O que o levou a observação de que o nível escolar está intimamente associado a outras variáveis importantes, tais como: o *status* econômico-social. Como os pesquisadores que foram referência para os estudos não apresentaram análises acerca do Brasil, Pond e Alcântara calcularam os coeficientes de correlação entre o número de matrículas dos diferentes níveis educacionais e a renda per capita de cada Estado Federação.

Ao analisarem os cursos superiores, os autores apontam que o Brasil deveria dar mais atenção aos cursos superiores dos Estados com menor renda *per capita*, mesmo sem poder afirmar que tais investimentos fariam com que os alunos graduados garantissem benefício para seu próprio Estado, já que há a possibilidade de migrarem para os grandes centros. As

referências do trabalho contam com David McClelland, Gunnar Myrdal, T. Schultz, Charles Wolf.

A partir destes artigos, observamos que Durkheim foi um grande influente nos textos que envolvem a educação, principalmente de Edgard de Vasconcelos, durante a década de 40. A visão estrutural-funcionalista de Durkheim que enxerga uma sociedade em constante alteração, assim como a escola, faz esta ser um elemento que está fortemente ligada ao tipo ideal de indivíduo que se espera haver em tal sociedade. Para Durkheim (1975), a escola desenvolve suas demandas a partir das mudanças da própria sociedade, ou seja, a educação institucionalizada teria a função de preparar o indivíduo, em seu íntimo, para sua constante reestruturação. Desta maneira, a escola tem a função de desenvolver, em suas gerações mais novas, os estados morais e intelectuais demandados por seu tempo.

As atribuições de valores aos atributos essenciais que devem ser aprendidos na escola, se alterariam a cada época e o conteúdo comum das escolas se tornaria cada vez menor. Nesta perspectiva durkheimiana, adotada por Edgard Vasconcelos Barros, a modernidade que trazia novos padrões de produção para a vida no campo, exigia uma educação mais especializada, voltada para o trabalho rural, que também se desenvolvia naquele período da história.

A escola como uma instituição de manutenção da moral e renovação da sustentação da sociedade, assim como Durkheim (1975), o sociólogo de Viçosa enxerga na escola um elemento importante para que a comunidade desenvolvesse melhor sua vida coletiva, remetendo ao conceito de Tönnies (1973) *espírito comunitário*, paralelo à capacitação profissional. Caberia à figura do mestre, extensionista, acadêmico este papel de criar um sentimento comum dentro da população rural.

Já quando durante o período UREMG, a busca por correlações que levasse ao crescimento econômico se intensifica. O pensamento de Gunnar Myrdal (1968), da Escola de Estocolmo, foi uma base sólida que veio a guiar os intelectuais de Viçosa anos antes de sua federalização. Myrdal (1968) trabalhava com o conceito de *efeitos propulsores*, de caráter centrífugo que, ao contrário dos *efeitos regressores*, tinham a capacidade de propagar o centro de expansão econômica para as demais regiões. Tais efeitos propulsores seriam mais fortes a cada aumento no desenvolvimento econômico. Um desenvolvimento constante estaria diretamente relacionado com um desenvolvimento nos padrões de transporte e educação, assim como na comunhão de ideias e valores que fortaleceriam este efeito propulsor.

Em meio à uma série de estudos que visavam a maximização do crescimento econômico, com David McClelland, autor citado por Martin Pond, veio a expandir os estudos se utilizando de variáveis mais qualitativas, dando atenção à educação e ao empreendedorismo. McClelland estava interessado em mostrar como o desenvolvimento psicológico do indivíduo estava diretamente ligado ao êxito econômico. De acordo com Pastore (1970), a teoria de David McClelland apontava para uma maior educação que desde cedo levasse a criança para uma autonomia, com menos restrições que, por consequência abrirá mais portas para a motivação do indivíduo. Deste modo o psicólogo norte-americano acreditava que “uma sociedade com um nível geralmente alto de motivação para realização irá produzir empresários mais empreendedores, os quais, por sua vez, provocarão maior desenvolvimento econômico” (McCLELLAND, 1961, p. 205 *apud* PASTORE, 1970, p. 83).

Para situar estes artigos dentro do cenário das políticas educacionais, é importante destacar que, em 1945, houve o segundo grande acordo de cooperação técnica na área de educação rural, entre Brasil e Estados Unidos. Entre as principais metas estavam a qualificação profissional de trabalhadores rurais por meio dos Centros de Treinamentos (CT). Estes centros, além da capacitação, focavam no trabalho sócio-cultural de preparar lideranças rurais, tendo atividades voltadas para “modificar, através da ação de seus líderes naturais, a mentalidade e hábitos das populações rurais”.⁷

Paralelo à grande expansão das organizações de trabalhadores rurais - como as Ligas Camponesas -, grupos agroindustriais vinculados a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) / Ministério da Agricultura (MENDONÇA, 2010), como os responsáveis pela produção de insumo agrícola ou tratores, pressionaram o Estado para mudanças no sistema de ensino rural. Os investidores do setor agroindustrial desejavam uma desvinculação da política educacional rural da instituição escolar, de modo que se limitasse a uma qualificação técnica. De acordo com Sonia Mendonça (2010, p. 192):

Promover o disciplinamento coletivo dos homens do campo mediante a vulgarização de códigos e visões de mundo transmitidos por técnicos estadunidenses e consagrar a prática da Assistência Técnica e Financeira enquanto “nova ação educativa”, voltada à maximização da produtividade do trabalho agrícola e à “modernização da agricultura.

⁷ BRASIL, 1953, p. 132 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 191

Estas ações mostram como as medidas tomadas também foram uma resposta aos movimentos sociais camponeses, que eram neutralizadas com os projetos de desenvolvimento oferecidos, que traziam um padrão de referências tanto para homens quanto para as mulheres se adaptarem aos novos métodos de produção.

A fim de criar uma articulação e também coordenação de todas as políticas referentes à extensão e educação rural foi criado em 1953 o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), através dele, uma série de bolsas foi oferecida para a capacitação de técnicos nos Estados Unidos. A partir daí, afastando a educação agrícola do caráter escolar e seguindo em direção à assistência técnica. De acordo com Mendonça (2010), os técnicos eram um elo entre os projetos de extensão e o público alvo apresentavam as novas tecnologias de produção e como utiliza-las, porém, não faziam a função apresentar produtos de baixo custo para os produtores rurais.

Com a implementação do Serviço Social Rural, já em 1956, o modo de atuação com a população camponesa foi alterado, não havia mais "uma atuação destinada aos trabalhadores individuais, porém somente a comunidades rurais construídas pela mediação dos 'técnicos'" (MENDONÇA, 2010, p. 193). Este método tem seus fundamentos nas raízes norte-americanas, onde se buscava ajudar aqueles que estariam participando ativamente, por meio da cooperação entre a comunidade.

8.4 Categoria Política Econômica

Ano	Título	Autor
1941	Pequena Propriedade e o	Edson Potsch
1942	Evolução Industrial do Brasil	Jurema S. Aroeira
1947	Pesquisas e Informações Econômicas	Edson Potsch
1950	Aspectos da Economia Agrícola do Brasil	J. Sampaio Geraldo o.
1956	A Pobreza Rural em Minas Gerais	Domingues Machado
1963	Agricultura e Desenvolvimento	G. Edward Schuh
1965	A agricultura e o desenvolvimento regional	G. Edward Schuh e Hélio Tollini
1968	Avaliação Parcial de um Planejamento Regional do Nordeste Brasileiro	Paulo Brasil Páez e Martin T. Pond

Publicado em 1941, o texto " Pequena Propriedade e o Cooperativismo" de Edson Potsch destacava a importância da coleta de dados sobre as propriedades brasileiras, feita no ano anterior, para que se possam realizar estudos sobre o quadro nacional, e analisar as futuras possibilidades gestão. A ideia central de seu texto é: mostrar como o Brasil está caminhando para a pequena propriedade.

De acordo com Edson Potsch (1941, p.383) "é a mais perfeita forma de democracia econômica, muito mais importante mesmo que a democracia política". Mostrando como o acesso da população ao mercado, via pequena propriedade, é mais importante do que a participação política. Porém uma estrutura de pequenos proprietários, sem a devida organização, também tende ao declínio. Para isso Potsch recorre à sociologia, afirmando que a mesma nos mostra a incapacidade dos mais jovens em lidar com a prosperidade da monocultura.

O nosso sitiante vive, antes de mais nada, dentro de uma economia do consumo; planta para o gasto, quase que consome pelo fato de haver produzido e não produz por se lhe deslumbrar a perspectiva do consumo. Desconhece as próprias necessidades e capacidades do mercado. (Magalhães, 1941, p. 386)

Faz-se necessário dar atenção para os problemas que passam os sitiante, e a solução proposta pelo autor é o cooperativismo. A pequena propriedade, racionalizada, no entanto, sob a organização de cooperativas, se afastariam do capitalismo ortodoxo, e por fim geraria

uma economia democrática. A proposta foi baseada em casos de êxito do cooperativismo nos Estados Unidos e países europeus. Edson Potsch cita o economista Frances Charles Gide, que estudou cooperativas na América do Sul e Europa.

Edson Potsch cita Rabeno⁸, apontando que a finalidade “número 1” das cooperativas de produção é a emancipação dos trabalhadores do capitalismo. De Brentano⁹, a caracterização da cooperativa é completada mostrando que os próprios trabalhadores determinam suas condições de trabalho; assim como não existe distinção entre patrões e operários, o que poderia tornar instável as relações. A cooperativa teria a capacidade de tornar os homens verdadeiramente conscientes e livres, reforçando a importância dos trabalhadores unidos, que assim, não teriam seus esforços sugados por parasitas.

O professor esaviano, não deixa de lado o excesso de racionalização, mas mostra uma tendência inovadora naquele momento, e que seria incentivado pelos projetos financiados pelos EUA, como a formação de associações e a solidariedade entre os produtores rurais visando a ajuda mútua. A partir da democracia econômica, Potsch via uma rede de benefícios se erguendo, como o acesso às novas tecnologias, à educação, e principalmente a um mercado estável.

Segundo Glaucia Leite (2009), no Brasil as primeiras tentativas de associações cooperativas não resistiram por muito tempo, os maiores êxitos vieram no século XX com amparo da Constituição de 1891, que garantia a liberdade para associação com fins cooperativos (LEITE, 2013), e apenas em 1907 por meio de Decreto, a cooperativa foi normatizada.

Os colonos imigrantes foram os que mais aderiram à iniciativa no meio rural, uma atitude que Leite (2013) afirma corresponder a um vazio social e político, no qual os imigrantes estiveram à mercê. A partir daí as atividades cooperativas foram uma estratégia para uma movimentação de bens e serviços, de modo que substituísse o Estado, que não atuava para o desenvolvimento daquelas regiões rurais.

Em 1942 o professor Jurema Aroeira, do Departamento de Horticultura, escreve o texto *Evolução Industrial no Brasil*, no qual foi apresentado na Reunião Geral de junho de 1942. Aroeira inicia o seu artigo apontando a desorganização política do final dos anos 30, que culminou no golpe de Estado de Getulio Vargas, implantando o Estado Novo. O autor

⁸ Sem referência bibliográfica

⁹ Sem referência

caracteriza o novo momento do governo brasileiro como detentor de decência administrativa, disciplina, justiça social e trabalho. Fatores que significavam novas esperanças e condições de trabalho para o progresso e engrandecimento do país.

É enfatizada a industrialização como a principal fase que o país deve lidar, o autor afirma que "o desenvolvimento industrial é, assim, por muitas razões, um dos mais expressivos índices do grau de evolução econômica de um povo, senão de sua civilização."¹⁰. Se utilizando de dados econômicos, afirma que em 1938 a produção industrial passava de 20% a agrícola, de modo que o Brasil já não deveria ser considerado um país essencialmente rural.

Comparando com outros grandes países da América, Aroeira afirma que os principais fatores que entravam o desenvolvimento industrial brasileiro são: a ausência de capitais, falta de indústria pesada e química, pouca experiência técnica, meios de transportes insuficientes. Se mantém, em seu texto, uma postura de otimismo e patriotismo em relação às estatísticas de crescimento do país, principalmente com os investimentos em siderurgia.

O texto foi produzido para uma fala do professor em uma das reuniões gerais da ESAV¹¹, como a maioria dos textos dos anos 40, não oferece muita discussão teórica, nem referências bibliográficas. Foi o único artigo inteiramente dedicado ao tema da industrialização na revista, e seguiu para um posicionamento na contramão da Escola, indicando ao não indicar investimentos no setor agrícola.

O artigo *Pesquisas e Informações Econômicas*, de Edson Potsch Magalhães foi publicado em 1947, tendo como enfoque possíveis medidas que o Estado poderia tomar para contribuir com a economia brasileira. Sua sugestão abarca tanto o âmbito da estrutura burocrática quanto métodos de pesquisa. Os programas de ajustamentos e melhorias da agricultura mineira começariam a partir da criação de um Departamento de Economia Rural, nas dependências da Secretaria de Agricultura, que teria cooperação direta do Departamento de Economia Rural da ESAV.

A primeira tarefa do Departamento seria lançar bases de informações para que os fazendeiros pudessem prosperar. Estas informações seriam sobre a variação de preços dos

¹⁰ (AROEIRA, 1942, p. 328)

¹¹ A ESAV tinha em sua programação a uma reunião geral por dia, onde participavam professores e estudantes. Nelas eram discutidas temas a critério dos professores. Tais reuniões foram se reduzindo a medida que aumentava o número de alunos, até ser extinta.

produtos e mercados por exemplos, deste modo, mesmo que muitos fazendeiros fossem incapazes de compreender informações complexas, eles se esforçariam para aprender.

A estrutura do Departamento seria composta por uma Chefia, que estaria acima dos Serviços de Informações Econômicas, e Serviços Administrativos. O Departamento seria composto ainda pelas Sessões de *Finanças Agrícolas, Estatística Agrícola, Administração Rural e Terras Econômicas, Mercados e Transportes, Cooperativismo*, e por fim, *População Rural e Colonização*. O *Cooperativismo*, que naquela altura já contava com cerca de 2 mil associações, continuava sendo preferencial nas propostas de Postch, apesar de que ainda faltava muito esclarecimento sobre o conceito de cooperativismo por parte da população. O autor demonstra ainda certo descontentamento com o governo Vargas: "Não se pode dizer muito a respeito do futuro do movimento cooperativista no Brasil porque ele cresceu sob o influxo da ditadura e estamos, agora, passando a novo estado de cousas"¹².

A sessão *População Rural e Colonização* foi pensada para lidar com o problema da escassez de trabalhadores, que cada vez mais deixavam as zonas rurais para trabalharem na indústria ou em obras públicas. Esperava-se, com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma chegada maior de imigrantes, que supõem não ter ocorrido pela dificuldade de transporte.

Não se pode esperar que os novos trabalhadores venham se adaptar aos nossos velhos padrões de trabalho agrícola mas certamente insistirão sobre o uso dos aprimorados métodos e técnicas de seus países. Os fazendeiros terão que adaptar as suas fazendas às novas condições. (MAGALHÃES, 1947, p. 251).

Edson Potsch dá ênfase a importância do trabalho no campo da Sociologia, em pesquisas que envolvem condições de vida da família, instituições e trabalhos do meio rural: "A seção de 'População Rural e Colonização' ficariam afetos os problemas sociológicos"¹³.

O autor escreveu orientações detalhadas sobre as pesquisas que deveriam ser feitas para auxiliar os investimentos do fazendeiro. O foco maior seria nos dados de variação de preços, sendo a principal fonte os jornais. O método geral seguia orientações como: Escolher

¹² (Potsch, 1947, p. 250).

¹³ (MAGALHÃES, 1947, p. 251)

uma região; determinar o período para ser analisado; colher, tabular e calcular médias mensais ou anuais; tornar uma região em ponto de referência; calcular diferenças; criar gráficos. Este foi um dos textos na revista *Ceres* que mais abordou características de metodológicas nas pesquisas de ciências sociais.

O artigo *Aspectos da Economia Agrícola do Brasil* saiu no ano de 1950, o texto do ex-professor e membro do Ministério da Agricultura José Sampaio Fernandes foi escrito para sua fala na reunião do Clube *Ceres*. Antes de abordar os fatores econômicos, o autor vê a necessidade de expor um panorama social pelo qual vive o país, que em sua percepção, apesar da divulgação midiática de grande patriotismo, o que se vê uma dissolução dos hábitos tradicionais e laços familiares.

O autor faz uma crítica à burocracia que tem se instalado na estrutura do governo, favorecendo pessoas de relações próximas, e gerando um descaso com a causa pública que já se arrastava por mais de 15 anos, descaso este que disfarça os reais problemas da população. É alertado que situações como esta, onde há uma falta de honestidade da gestão pública, é que levaram povos que o autor chama de "alta civilização" a revoluções sociais:

(...) do tipo que convulsionou a França em 1789, a Rússia em 1917, e agora a China. São ambientes propícios à degradação social, à jogatina, às propinas desmoralizadoras, aos abusos do poder, às medidas de favoritismo em proveito de tal ou qual classe, que em vez de trazerem melhoria, mais acentuam o desequilíbrio, entre tais classes beneficiárias e as demais, do povo enfim, que é a grande vítima. (FERNANDES, 1950, p.344)

Entre o povo, seriam as classes menos favorecidas, como a classe agrícola, que sofre com os constantes aumentos de impostos. Estas classes se desgastam e ficam a mercê de pessoas de altos cargos, principalmente nas grandes capitais, em que tendem a exigir privilégios injustos. Tais condições favorecem a absorção da pequena propriedade, com seus problemas fiscais, pelos grandes latifundiários. Fator que acentua a saída da população do campo para as favelas urbanas, serem empregados em obras públicas. Neste processo o Brasil tem aproveitado mal seu território, crescendo rapidamente como uma "elefantíase social".

Apontando um lado construtivo, a partir do desajuste social, Fernandes enfatiza o êxito do modelo de atuação da UREMG, e expressa seu desejo de ver expandir a cooperação

impregnada de consciência social, passando do "plano egoístico" para a dimensão cristã de amar o próximo.

O autor já traz a problemática do êxodo rural, afirmando que não basta a preocupação com a produção no campo, mas também suprir a ausência do trabalhador que foi para a cidade ao perder lugar pelo maquinário agrícola. Os caminhos apontados pelo autor para melhorar tais problemas, passam pelo âmbito da fixação do homem rural, estruturação econômica e política para proteger o país do capital estrangeiro.

Fernandes mostra que o desinteresse na permanência da população rural no campo não é exclusividade dos países em desenvolvimento, ocorria também nos países "civilizados", no qual as cidades industrializadas tornam-se polos de atração do homem do campo. Destaca a importância de uma fonte de matérias prima em equilíbrio com as indústrias, como e faz em países onde parte do ano o operário atua como cultivador. A segurança do pequeno proprietário e arrendatário deveria receber maior atenção, já que é comum uma pressão fiscal dos vizinhos de grande latifúndio. Sampaio Fernandes escreve com convicção sobre a ineficiência das autoridades municipais que não enxergam que

(...)só o trabalho do homem pode fazer a prosperidade do município, ou diretamente interessadas na espoliação, conjugam-se nesse afã sem glórias de senhores feudais a oprimir o pequeno. A tudo se acresce efeito catalisador dos que vão e ficam, atraídos pelas facilidades urbanas, mesmo quando residindo em favelas e que retornam a passeio, evidenciando melhor padrão de vida, ou escrevem descrevendo maravilhas nem sempre reais. (Fernandes, 1950, p.347)

Muitos que saem do campo vão trabalhar em baixos cargos nas obras públicas, uma medida sugerida para combater o desamparo do homem rural seria pela desapropriação de terras na margem de vias de comunicação que não estejam sendo aproveitadas pelo proprietário. Mas o proprietário seria indenizado pelo Estado, uma mediação contratual honesta ou arrendamento. As alternativas são variadas, e devem ser colocadas em prática de forma emergencial, pois propriedades semi-abandonadas tem sido alvo fácil de loteamentos urbanos, supervalorizando o terreno que poderia ser aproveitado para o pequeno produtor rural.

No ano de 1956, é publicado o artigo *A pobreza rural em Minas Gerais*. Seu autor, Geraldo Machado, que era Agrônomo e Diretor-assistente da ACAR, disserta sobre a pobreza

no meio rural, mostrando que não apenas Minas Gerais possui habitantes com baixo padrão de vida, mas também em países plenamente desenvolvidos e altamente industrializados. O autor, neste texto de 1956, já utiliza o termo "sub-desenvolvido" para as regiões de baixo poder aquisitivo.

O conceito de pobreza com o qual trabalha é o mesmo utilizado pelo Departamento de Agricultura dos EUA: "a falta que uma pessoa tem de bens, utilidades e serviços existentes e à disposição da média dos habitantes de uma determinada comunidade" (p.355). Machado completa explicando como é relativo à aplicação do referencial de pobreza:

É pois um conceito relativo à comunidade em que vivem aqueles a quem nos referimos. Se esta comunidade é desenvolvida, a pobreza se manifesta por falta de bens e utilidades que na realidade não são essenciais à vida, porém, se é sub-desenvolvida, a pobreza se caracteriza por falta de coisas essenciais à vida biológica e a dignidade do homem, como alimentos suficiente vestuário, cuidados médicos, etc. (Machado, 1956, p. 355)

Se utilizando dos pensamentos de Paul V. Maris, Machado reafirma que a pobreza na zona rural não apenas é socialmente má, e prejudica também a economia e a política. Ao apresentar as causas da pobreza rural, a partir de observações e estudos em mais de 20 anos de contato com o meio rural mineiro, há a certeza de que as causas nunca aparecem isoladas. As causas, por sua vez, não necessariamente têm o mesmo efeito, pode ocorrer de fator representar pobreza em uma região e ser causa de riqueza em outro. De 11 causas de pobreza no meio rural, destacou quatro de caráter social: Métodos de trabalho, tamanho das propriedades, posse transitória da terra e a falta de industrialização.

Sobre o primeiro, retorna o debate sobre a utilização de ferramentas que se baseiam na energia humana: "O nosso homem do campo ainda hoje trabalha como trabalhavam seus avós e bisavós, inteiramente ignorante e alheio aos progressos da ciência agrícola."¹⁴ A falta de técnicas agronômicas justificaria o meio utilizado pelos antigos produtores, mas o desenvolvimento tecnológico já propiciava facilidades para os serviços do lavrador.

Quando entra na temática do tamanho da propriedade, Machado apresenta os pensamentos de T. Lynn Smith e Henry Grady, que eram da teoria de que a pequena propriedade traria maior bem-estar geral. Machado diz que apesar da moda que havia de

¹⁴ MACHADO, 1956, p. 357

culpar o grande latifúndio por quaisquer males sociais, esta realmente é geradora de pobreza. O ideal seria uma legislação que não força a divisão de propriedades para herança e não dificulta a fragmentação das pequenas.

Ligada ao tamanho da propriedade, as relações de trabalho da população mais pobre, na qual estes têm posse transitória da terra, é um tópico que o autor dá atenção devido ao modo que é tratado o solo. Quando o lavrador não é dono da terra, ele a utiliza por meio da *parceria agrícola*, onde " são a meia e a terça parte das produções ou o uso da terra em troca de formação de lavouras permanentes"¹⁵, ou pelo *arrendamento*, que é pago em moeda corrente. O problema, para Machado, está na falta de cuidado adequado com o solo, tanto por parte do lavrador quanto do proprietário. Porém a relação de trabalho, que é bastante instável para o trabalhador rural, não é problematizada.

A falta de industrialização impede a região ter um equilíbrio econômico. Criando uma região industrial no Estado de Minas Gerais, é também criar um mercado para a produção de bens primários. Eliminando os altos custos de transportes que se paga para a compra de produtos industrializados.

Elencadas algumas causas da pobreza, Machado apresenta suas consequências: A má habitação e mau vestuário, que afeta a saúde dos habitantes, e conseqüentemente ao acesso à educação. A má alimentação é considerada a mais grave consequência da pobreza. Josué de Castro é citado para mostrar que apesar do Estado de Minas Gerais está na região onde a alimentação está baseada no arroz e feijão, é considerada uma subalimentação moderada, representa uma alimentação insuficiente. Apesar de produzir uma grande variedade, na maioria dos casos, o trabalhador vende a produção para comprar remédios ou roupas.

Como consequência dos males anteriores, a má qualidade na saúde vem a ser grave por diminuir a capacidade de trabalho do homem, tirar sua ambição de progredir, e aumentar a mortalidade infantil. A Ignorância, para o autor, é um mal na qual o Estado tem se mobilizado pouco para resolver. Além da pouca oportunidade de alfabetização, os jovens deixam a escola precocemente devido a necessidade de ajudarem a família no trabalho das lavouras.

A última consequência da pobreza é o Êxodo rural. Ao contrário da linha de Paulo Prado, que vê a tristeza do caboclo originária da fusão das três raças, Machado afirma que sua tristeza vem, na verdade, da pobreza, que tira suas esperanças de dias melhores e faz recorrer

¹⁵ Idem, 1956, p. 364

à fuga do meio rural. O êxodo rural faz criar uma legião de favelados, que ao contrário do que os gestores pensam, não será resolvido apenas com as melhorias de condição de vida. Isto por que quando resolverem o problema das atuais favelas, logo se formarão outras.

Machado conclui reafirmando a necessidade de uma Organização Rural, termo que prefere ao invés de Reforma Rural. Afirma que cada mal e consequência deve ter sua devida atenção, pois a questão é complexa para se limitar à educação e redistribuição de terras.

O economista da Universidade de Purdue, Edward Schuh, que veio para Viçosa atuar na economia rural, através dos convênios com os norte-americanos, publicou o artigo *Agricultura e o Desenvolvimento Econômico*, em 1963 sendo apresentado também na Primeira Jornada Sociológica de Juiz de Fora.

Em um momento em que os países buscavam taxas de desenvolvimento econômico tão acelerado, Schuh afirma que os governos não se limitam mais a função de proteção contra agressores estrangeiros, mas tem papel essencial de impulsionar as atividades econômicas e responder ao desejo de nível de renda da população. E fazem isso por meio de assistências diretas ou indiretas. O norte-americano com o artigo visa defender a contribuição do setor agrícola ao desenvolvimento econômico, de modo que, tal setor oferece meios "equitativos" e de "ampla base" para redistribuir os ganhos nos demais setores.

Edward Schuh já traz a preocupação de fazer um debate acerca do principal conceito que irá trabalhar em seu estudo: Desenvolvimento Econômico. Em sua concepção, o conceito vai além do aumento da quantidade de bens produzidos, mas torna-se mais operacional considerar desenvolvimento como sendo as taxas de renda per capita ou produção per capita de bens e serviços. Assim, há uma mensuração que o permite trabalhar com o pressuposto de que o aumento da renda per capita é proporcional ao nível de bem-estar social. O economista vai de encontro ao axioma de que desenvolvimento econômico não é sinônimo de industrialização, pois o excedente dos trabalhadores rurais pode ser utilizado na própria diversificação da agricultura.

Apontando como os economistas tem aceitado que o homem é mais produtivo quando trabalha para si mesmo, Schuh traz o reconhecimento dos economistas daquele momento de que o capital pode assumir formas intangíveis, e o principal deles é a melhoria do agente humano. Tal hipótese foi efetiva em pesquisa realizada pelos estudantes em Viçosa com produtores de leite. Assim o autor sugere ainda pesquisas para os sociólogos que envolvam a

questão do processo de adoção de novas culturas e tecnologias pela sociedade. Utiliza como referência Peter Bauer, Basil Yamey, John Mellor e William Nicholls.

Em 1965 Schuh e o mestre em agronomia Hélio Tollini, publicam o trabalho *A Agricultura e o Desenvolvimento Regional*, que também foi apresentado no Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, na cidade de Araxá-MG. Seus objetivos no artigo são, novamente, mostrar como o setor agrícola pode ser importante para o desenvolvimento econômico, e mostrar como o investimento em pesquisas e educação é importante para tal contribuição.

Mostrando como os economistas da década de 50 costumavam associar a agricultura com colonialismo e pobreza, os autores retomam os argumentos do artigo anterior e põem em cheque o modelo de agricultura extensiva, defendendo em vez disso o aumento da produtividade. São elencados fatores que garantem maior retorno social do que investimento em capital físico, seria o investimento em programas de educação e extensão, na forma de *know-how*, assim como se tem feito com os Grand Land Grant Colleges, e o que foi feito no Japão e Alemanha no pós-guerra.

Theodoro Schultz é a principal referência neste trabalho, este autor trouxe a concepção de que a inserção de novas tecnologias não pode ser separada dos insumos. Sua análise envolve os custos e retornos da inserção dos novos insumos, aliado a um investimento na educação rural. Os autores não deixam de pensar o plano macro e apontam caminhos para políticas públicas que levariam suas teorias à efetividade.

O “investimento no agente humano” por meios formais deveriam vir com o combate ao analfabetismo, com uma instrução secundária fortemente ligada a ciência e tecnologia, de modo que capacitasse a juventude rural também para a demanda da cidade, visto a possível migração. Já no nível universitário, deve-se preparar o estudante para retornar as demandas da fazenda moderna.

A crítica mais pesada ao atual sistema educacional, inclusive da UREMG, é a falta de programas de pós-graduação no Brasil. O que, na visão dos autores reduziria o custo com transporte e adaptação, se fosse realizado na própria realidade onde o conhecimento deve ser aplicado. Quanto ao serviço de extensão, que já vinha sendo mais efetivo que a educação formal, a melhoria deveria vir com o investimento em publicações, para propagar os novos

conhecimentos. Coincidentemente, na década de 60, a revista Ceres já cai de produção, não conseguindo manter lançamentos bimestrais e sem periodicidade definida.

Os referenciais contam com Edward Denison, Zvi Griliches, Lee Martin, Luiz Moura, Theodoro Schultz, Carl Shoup.

Em 1968, o professor Martin Pond, especialista em Ciências Sociais vindo de Purdue, e o Mestre em Economia Rural Paulo Páez, publicam o trabalho *Avaliação Parcial de um Planejamento Regional do Nordeste Brasileiro*. Neste artigo, apesar do reconhecimento das divergências do conceito de *desenvolvimento econômico*, os autores trabalharam com o sentido de crescimento econômico.

No Brasil as estatísticas do final da década de 40 e início dos anos 60 mostraram um desequilíbrio no desenvolvimento da economia, já que a região nordeste não acompanhava o ritmo da região centro-sul. A partir desta situação surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que ficou responsável pelo estudo de diretrizes e coordenação de programas de assistência e investimentos na região. Os autores buscaram, então, verificar se houve uma ação efetiva do setor público.

Como um dos objetivos da União era incentivar o setor privado a investir na região nordeste, a SUDENE buscou atuar no Capital Fixo Social, que consiste nos serviços sociais básicos como educação, saúde, transporte e energia. Assim, a produção do setor privado é diretamente proporcional à infraestrutura oferecida pelo Estado.

As correlações realizadas trouxeram conclusões, sempre comparativas ao crescimento do restante do país, abordando desde a produção agrícola ao número de matriculados na escola. As referências bibliográficas não apresentam muitos embasamentos teóricos, com a exceção de uma publicação de 1967, chamada *Alguns Elementos para uma Introdução à Problemática do Desenvolvimento Sócio- Econômico*, de Romeu Padilha, publicado pela própria UREMG. As demais referências são documentos e planejamentos do Governo Federal, além de conteúdo legislativo.

A partir desta série de textos, já podemos constatar características marcantes e influencias dos autores da instituição viçosense. Edson Potsch, apesar de citar Gide e Luiz

Amaral¹⁶, já não mostra evidencia concreta de uma adoção do autor por tais filosofias, já que ambas possuem um caráter não só econômica, mas de reestruturação social. Amaral (*apud* Andrade e Assumpção, 2014) ainda vai mais longe e não coloca os avanços tecnológicos e a racionalização como centrais, mas sim o simplismo natural do ser humano, o que acaba sendo antagônico com a proposta da ESAV. Em seu trabalho segundo, o cooperativismo também tem lugar de destaque, com a sugestão de um órgão governamental próprio para o desenvolvimento deste setor.

Cabe relacionar a visão de Edson Potsch com Roberto Simonsen, quando aborda a importância do investimento em pesquisas. O autor Paulista em suas obras foi envolvido com um enaltecimento do progresso, percorrendo caminhos de uma sociologia positivista, evolucionista e pragmática (MAZA, 2002). Uma ciência que supervalorizava o método, à maneira das ciências exatas, e a imediata aplicação do conhecimento na realidade.

Tal forma de pensar deve-se bastante a Donald Pierson, que trouxe para o Brasil a preocupação da Escola de Chicago em se distinguir da Filosofia Social, e lidar com questões concretas da realidade. Porém enquanto a Escola de Chicago se destacou pela ênfase na adoção dos métodos qualitativos, o mesmo não se pode dizer de Simonsen, já que acreditava que o papel da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) estava voltado para a criação da vanguarda da renovação da sociedade:

Não há, em nenhum momento, a intenção de levar em conta a subjetividade dos sujeitos que são objetos das investigações. Se há, em algum momento, a intenção de "ouvir" tais sujeitos, isto se dá apenas para adaptá-los melhor à disciplina do trabalho, como bem demonstra a inclusão, na grade curricular da ELSP, de disciplinas como Psicotécnica e Psicologia Social. (MAZA, 2002, p. 55)

A sociologia para Edson Potsch, e possivelmente para os demais da instituição viçosense, representa um elemento fundamental para os êxitos do papel universitário no grande projeto de desenvolvimento econômico. Enquanto a ciência para Simonsen se mostra importante para o ajustamento do indivíduo a produção, a sociologia de Postch na ESAV é importante para o ajustamento do homem rural.

¹⁶ Responsável pelo primeiro grande tratado brasileiro acerca do cooperativismo

Após a Segunda Guerra Mundial, a tendência político-econômica mundial era de uma bipolarização guiada pela União Soviética e Estados Unidos, a corrida pela influência e intervenção nos chamados países de Terceiro Mundo foi alavancada nos Estados Unidos com a vitória eleitoral do Presidente Harry Truman, em 1949, e seu Programa Ponto IV¹⁷. O programa foi chave para expandir a influência ideológica norte-americana, sob o discurso de necessidade de desenvolvimento e assistência tecnológica do chamado Primeiro Mundo, no qual indiretamente representava para os Estados Unidos a criação de um mercado de matérias-primas.

A Doutrina Truman, trazia o objetivo de dinamizar a economia dos países latino-americanos de modo que conseguissem alcançar o "sonho americano" de prosperidade em todos os setores. O conceito de desenvolvimento substituiu o foco que até então era o fascismo, passando a centrar os objetivos em torno da pobreza e tecnologia arcaica do Terceiro Mundo.

De acordo com Mendonça (2009), o discurso do desenvolvimento também foi repassado através do trabalho intelectual, de modo que agrônomos, economistas, educadores se utilizavam de termos como "subdesenvolvimento", "lavrador arcaico", "atrasado" para legitimar a modernidade tecnologia que desejavam implantar no Brasil. O pensamento difusionista guiava estas iniciativas, de modo que se admitia a possibilidade de mudanças sociocultural de uma comunidade através da difusão e adoção de novas ideias¹⁸. Assim, a crença era de que através destes princípios haveria uma passagem da condição de subdesenvolvimento para o desenvolvimento, uma evolução rumo a modernização.

Sampaio Fernandes, do Ministério da Agricultura nos traz tais indício, ao considerar seus projetos de melhorias para o pequeno produtor rural uma revolução agrária, que seria possível a partir do espírito cristão do povo do interior aliado com o clero e com as professoras do ensino rural. A mudança nasce a partir da pressão da população sobre seus representantes políticos, coisa que raramente ocorre devido à distância, assim, para Fernandes, o homem do campo raramente dá atenção à administração pública.

¹⁷ MENDONÇA, 2009

¹⁸ COMETTI, 2005

Já o professor Machado traz o raciocínio de Lynn Smith (1957), quando se trata de repensar a questão da propriedade rural. Como o termo *reforma agrária* estava sempre presente em debates na América Latina, em com distintas ressignificações, o autor norte-americano não traz um radicalismo de expropriação do grande latifundiário. Tal método, além de intensificar conflitos, seria inútil ou até mesmo pior, pois minifúndios sendo economicamente inviáveis, e somados à falta de conhecimento, ocorrem uma queda na produção agrícola. O caminho para a redistribuição de terras, segundo o norte-americano, seria via abatimento de impostos fiscais em propriedades ocupadas, e desapropriação apenas das terras sem produção agrícola. Que, por outro lado, só teria êxito com melhoria na educação.

Este autor dá um salto na tradição dos autores da fase ESAV, por romper com a explicação de desenvolvimento nacional coligado à traças biológicos das raças. Partindo da teoria de Paulo Prado (1981), abre-se um leque de hipóteses para explicar às situações de miséria da nação, mas desta vez indo além da degenerativa mescla de raças, apresentando razões de cunho social. A pobreza para Machado é tida como o principal problema do meio rural, tal conclusão não foi alcançada exclusivamente por um caminho humanista, mas sim por ser um fator também de prejuízo econômico, que reduz a produção do trabalhador que vive em condições precárias. Machado traz a questão do êxodo rural. Tema que não fazia parte da pauta dos cientistas sociais durante os anos 40 e princípios dos anos 50.

Com a American International Association (AIA) e a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), Nelson Rockefeller pôde gerir à sua maneira os investimentos no Brasil, de modo que, além de realizar o empréstimo, seus técnicos controlavam os gastos dos produtores rurais. Rockefeller atua no Brasil tanto via órgão privado, sendo presidente da AIA, quando na esfera pública, como Representante do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (1940-1945 e 1950-1951). Colby e Dennett (1998, *apud* MENDONÇA, 2010) mostram como a extensão rural e sua rede de projetos faziam parte dos negócios Rockefeller, com por exemplo, a relação entre Nelson Rockefeller e o embaixador brasileiro Walter Salles, envolvido no ramo do café. A International Basic Economics Corporation (IBEC), de Rockefeller, produzia insumos agrícolas e em parceria com Salles fazia pesquisas em sua propriedade. Dessa forma a IBEC desenvolvia inovações e incentivava sua venda via extensão rural: "se a AIA, através da ACAR, encorajava o uso de certas sementes ditas mais

produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas; se a AIA divulgasse que aumento da produtividade dependia de pesticidas e herbicidas, a IBEC montava uma empresa de fumigação." (MENDONÇA, 2010, p 194)

Em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural foi formalizada, juntamente à embaixada americana, reunindo várias instituições, inclusive a AIA. A condição de extensão que havia sob os pressupostos de rede cooperativa e democrática¹⁹ se mostrava contraditória, uma vez que nem todos os produtores tinham acesso ao crédito. Estes trechos da regulamentação do acesso ao crédito exemplificam o caráter excludente dos critérios:

“O crédito só deve ser empregado quando há possibilidade de sucesso financeiro, só devendo ser aceitas nos programas, as famílias cujos chefes gozem de boa reputação”²⁰

“A necessidade de um lar constituído [...] e o conceito que a família goza na comunidade”²¹

Nota-se a importância do conceito não só do indivíduo, mas da sua constituição familiar perante sua comunidade rural. Com estes objetivos, os técnicos usavam como parâmetro as categorias de “marginais” e “sub-marginais” para os pequenos produtores, sendo que os sub-marginais representariam aqueles que praticam suas atividades de maneira antieconômica.

O norte americano Edward Schuh, trouxe para UREMG a perspectiva de Peter Bauer no que se refere aos estudos socioeconômicos, que se despontou como importante teórico da economia liberal da segunda metade do século XX. O foco de Bauer estava no desenvolvimento.

É equivocado pensar que o investimento é o único ou o principal determinante do desenvolvimento. Outros fatores e influências, como forças institucionais e políticas, as qualidades e atitudes da população, e a oferta de recursos complementares, são com frequência igualmente importantes ou até mais... É mais significativo dizer que

¹⁹ Consultar Sônia Mendonça (2010)

²⁰ BRASIL, 1960, p. 40-41 *apud* MENDONÇA, 2010 p. 195

²¹ Idem p. 63, *apud* MENDONÇA, 2010 p. 195

capital é criado no processo de desenvolvimento do que dizer que o desenvolvimento acontece por causa do capital. (Bauer, 1957. P.119 *apud* Dorn, 2009)

Bauer buscou ir de encontro com a interpretação marxista sobre o mercado de que sempre há uma relação de exploração do mais fraco. Buscou trabalhar com modelos de um reajuste equilibrado, o que influenciou Schuh a pensar um desenvolvimento conjunto da indústria com a agricultura. Porém, Schuh não dá atenção ao fator da liberdade. Fator este, que é central na obra de Bauer, pois só com uma expansão da liberdade individual poderia haver maximização da economia de modo que tanto ricos quanto pobres fossem beneficiados. A ênfase na liberdade acabaria por ser contraditória dentro no pensamento da instituição viçosense, que tradicionalmente atuava apontando caminhos de políticas públicas para o meio rural, a fim de uma reforma no modo de produzir. Bauer (*apud* DORN, 2009) viria afirmar que a coerção sobre a liberdade do cidadão deveria ser mínima, o Estado deveria se limitar pela responsabilidade de garantir a segurança da propriedade e do indivíduo.

Theodor Schultz e John Mellor foram autores que Schuh utilizou como embasamento para seu argumento da importância do investimento nacional no setor agrícola. De acordo com Mario Barros Almeida (Et al, 2009), tanto Schultz quanto Mellor foram teóricos importantes para romper com o pensamento hegemônico que de que o desenvolvimento era sinônimo de industrialização, ao elaborar teses que não limitavam o estudo econômico na dicotomia indústria *versus* agricultura. Se utilizando das teorias de Zvi Griliches (1958)²² e Lee Martin (1963)²³ Edward Schuh mostra a importância do investimento no agente humano, porém, as perspectivas destas teorias eram de viés econométrico. Método que poderia perder em conteúdo de subjetividade, sendo uma metodologia em que buscava-se um padrão de variação na produção de acordo com o investimento no trabalhador.

Paralelo à estas publicações, a American International Association for Economic and Social Development (AIA), fundação filantrópica coordenada por Nelson Rockefeller, assina

²² Em Research Cost and Social Returns: Hybrid corn and related innovations. Journ. Of Polit. Econ. 66: 419-431. 1958.

²³ Em Research Needed on the Contribution of Human, Social and Community Capital to Economic Growth . Journ. Of Farm econ., 45 (2), 1963.

convenio com o Governo do Estado de Minas Gerais, que tinha como projeto a assistência técnica e acesso ao crédito rural, via Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Com o acordo entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a embaixada norte-americana, no ano de 1951, a parceria entre UREMG e Purdue University, se concretiza (RIBEIRO, 2009), aumentando o enfoque social das ações da universidade, já que estavam atrelados às intervenções agrárias. Com o Projeto 39 em 1958, fruto do convenio, a universidade cria o Centro de Ensino e Extensão- que veio a se tornar referência nacional- e o Projeto 55, este último já se articulando melhor com as ciências humanas, via Economia Doméstica.

As parcerias entre os Governos norte-americano e brasileiro resultaram na criação do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), responsável por coordenar os projetos citados, que, de acordo com Maria das Graças Ribeiro (2009), mais tarde serviram como modelos para a implementação de projetos em Escolas de Agricultura em outras cidades do Brasil. Tais financiamentos permitiram avançar os projetos extensionistas da universidade, durante o período UREMG houve a criação dos primeiros mestrados no Brasil tanto na área de Fitotecnia quanto em Economia Rural, em 1961 e 1962, respectivamente, além do mestrado em Extensão Rural em 1967.

8.5 Categoria Cultura Rural

Ano	Título	Autor
1945	O Homem Rural e a Comunidade	Edgard de Vasconcelos Barros
1947	Superstições, Feitiçarias e Crenças no Meio Rural	Raimundo Lopes de Faria

O Homem Rural e a Comunidade, publicado em 1945, Edgard Vasconcelos define neste artigo o conceito que caracteriza o homem rural brasileiro, é o "Homem sem comunidade". O conceito foi criado por Lynn Smith em seu trabalho "A Estrutura de Grupos de Localidades do Brasil". A argumentação é de que apesar do grupo primário da família e vizinhança ser distinguível, a comunidade não se mostra tão distinta quanto na Europa. "A fazenda brasileira não chega a constituir uma comunidade, dentro da moderna conceituação sociológica" (BARROS, 1945, p. 332).

No passado com uma independência que havia das fazendas em relação aos centros urbanos, era possível que houvesse uma comunidade mais definida, na qual existia uma vida rural centralizada na fazenda. Em outros tempos, a maioria dos serviços que o agricultor precisasse se encontrava na própria fazenda. De acordo com o autor, com a ausência do "*face to face*", e dos *contatos socializadores*, que seriam a base da construção dos hábitos sociais, permaneceu ao homem rural apenas rudimentos da *cultura social*, que por sua vez era primitiva e grosseira, que ainda orienta a produção agrícola. Edgar de Vasconcelos destaca que as escolas profissionais agrícolas ainda não conseguiram alterar totalmente tal configuração cultural primitiva, isso por que são raros os momentos de encontro entre homem do campo e técnico, e quando acontece a relação *face to face*, é comum um desacordo devido ao desnível mental existente.

E por *cultura*, entendemos, na moderna sociologia, aquele conjunto de práticas, resultantes da experiência - consideradas, ou reconhecidas como úteis, ou necessárias à vida dos indivíduos e dos grupos, nas diferentes etapas de sua evolução. É preciso, pois, levar, por quaisquer meios ao fazendeiro e ao trabalhador as novas habilidades de trabalho e de vida, sem as quais não podem eles viver, e prosperar nas atuais condições de vida, criadas pela ciência e pela técnica do mundo atual. (BARROS, 1945, p. 333)

Com a exigência de produção imposta pela modernidade, seria necessária a implantação de métodos mais racionais e científicos, e para isso, deveria haver um melhoramento da cultura do homem rural brasileiro, afirmando que havia um atraso cultural²⁴ em relação a outros povos do mundo, porém que era uma situação reversível. Para ter êxito neste objetivo, deveriam ser organizados, o mais rápido possível, os *centros de interesse* do homem rural, que haviam passado para as sedes dos *distritos e municípios*. Lá existe o comércio, o lazer, porém nenhuma experiência nova que transforme a cultura primitiva do meio rural.

A atuação nestes centros de interesses teria o intermédio de instituições como a igreja e a escola. A escola, que para o autor tem como missão formar *técnicos e cidadãos*, deve-se preocupar, além da alfabetização, com o básico da vida profissional e problematizar as

²⁴ Cultural Lag

questões da vida rural. No que se refere ao lazer, a atuação deveria ser por meio do incentivo do *espírito comunitário*.

Nos quinze anos que ficaram para trás, nunca se pensou, em colocar a educação rural, nestes termos. Agora só nos resta saber se preparação do homem rural continuará ainda no pé em que a deixaram os falsos reformadores do Estado Novo... (BARROS, 1945, p. 335)

Superstições, Feitiçarias e Crendices no Meio Rural, foi um artigo que apesar de ser de cunho social, sua abordagem estava longe de corresponder aos preceitos da antropologia brasileira de meados dos anos 40. O responsável por levar esta pauta à ESAV não foi um cientista social, e sim um médico. Raimundo Lopes de Faria, professor da disciplina de Higiene Rural da ESAV, escreve em 1947 um trabalho acerca das crendices presentes no meio rural brasileiro. Sua finalidade não era compreender a visão de mundo das pessoas envolvidas com as crendices, mas buscar uma justificativa para mostrar como isso prejudica a saúde do homem do campo devido a sua ignorância.

O médico conceitua que *Amuleto* vem da palavra *amoliri*, que significa expulsar a desgraça, enquanto *talismã* significaria portar objetos de luxo. E *Feitiço*, típico de povos primitivos, onde sua ação é condicionada pelo desejo do seu possuidor. Tais elementos foram uma adaptação dos povos primitivos para lidarem com seu desamparo diante da natureza. Com o *Feitiço da analogia* acreditava-se que poderia alcançar um objeto apenas pela menção ou reprodução do mesmo, quanto que o talismã o efeito era pré-determinado, independente do possuidor.

Assim, Raimundo Faria afirmava que o homem primitivo e o homem rural, devido ao baixo nível de conhecimento, acreditavam que suas doenças ou desgraças eram causadas por influências de demônios. Na crendice do homem rural brasileiro, o *mau olhado* foi o responsável pela inserção de inúmeros amuletos no meio rural. Ele impede o crescimento de plantas, traz problemas financeiros e de saúde.

Faria apresenta que a redução dos usos destes amuletos deve-se a cultura cristã que julgava como imoral, e em seu lugar passou a ser utilizado o gesto de *figa*: "uma mão cujo polegar assoma entre o indicador e o médio". O autor destaca o *amuleto religioso*, que recebe seu status de sagrado pelo sacerdote da Igreja, sendo o Escapulário o mais famoso. Porém o

homem rural raramente percebe a diferença entre os amuletos mágicos e os amuletos autorizados pela igreja. " O homem rural, atribulado pelos seus inúmeros problemas pessoais e de família, vê no amuleto a sua salvação. O *talismã* aparece, mas nas altas rodas sociais em forma de anéis com pedras diversas, segundo a credence de cada um." (FARIA, p. 269).

A maior crítica do autor é referente aos médico-feiticeiros, que eram, na interpretação de Faria, um ilusionista, e a macumba brasileira não passava de uma imitação grosseira do xamanismo siberiano. Já quando se trata dos indígenas sul-americanos, Faria muda sua abordagem. Os indígenas teriam seguido a lógica dedutiva de *causa e efeito*. Nas aldeias, os remédios extraídos de plantas possuem propriedades terapêuticas, cuja ação foi verificada a partir da experiência.

Em relação ao problema das superstições no meio rural, Raimundo Faria aponta dois elementos que às alimentam: o astucioso e o ingênuo. Este segundo seria o homem rural, que quando adoece recorre a tratamentos caseiros, depois benzedores e curandeiros, passa pelos charlatões, depois os farmacêuticos, que por vezes erram nos remédios e só então procuram o médico, que só lhe resta dar o atestado de óbito.

Barros, ao tratar da cultura e característica do homem rural brasileiro, remete à Lynn Smith, sociólogo norte-americano que teve bastante influencia em Viçosa. De acordo com Lynn Smith (*apud* MUSSOLINI, 2009), a distribuição populacional na geografia brasileira, e o distanciamento dos grupos rurais representavam um entrave para o desenvolvimento organizacional que permitisse estabelecer bases comunitárias em tal grupo.

Ao tratar da cultura, Edgard de Vasconcelos se utiliza do conceito similar ao de Edward Tylor (*apud* LARAIA, 2001), com uma perspectiva ligada ao evolucionismo, de modo que a cultura possuísse escalas de desenvolvimento, o que permitiria uma comparação de graus de civilização. Que, por outro lado, ignorava o relativismo cultural.

Já o artigo do médico Raimundo de Faria, não dialoga com bases científicas, mesmo com os equívocos, não estava muito distante do pensamento social daquele período. De acordo com Banaggia (2008), o primeiro grande grupo de pesquisas sobre religiões afro, dentro das ciências sociais, se inicia no final do século XIX e vai até meados dos anos 40. Muitas destes trabalhos eram de perspectiva histórico-evolucionistas, que descreviam a simbologia, rituais e mitos.

(...)Mesmo a perspectiva evolucionista e, por vezes, racista dos trabalhos mais antigos buscava estabelecer conexões com contextos sociais mais abrangentes. Conexões eminentemente negativas, uma vez que a questão crucial consistia, basicamente, em tentar desvendar essa espécie de mistério constituído pela estranha permanência dessas religiões primitivas num país que se modernizava ou se devia modernizar. (GOLDMAN, 2009, p. 108)

Apesar de terem trabalhos que se destacavam nos estudos da cultura afro-brasileira, tal linha de estudo veio se concretizar nos anos 70, paralelo à uma mudança do enfoque que vinha de uma visão essencialista da cultura para o marxismo que vinha se enraizando nas teorias sociais (BANAGGIA, 2008).

8.6 Categoria Estrutura da Comunidade Rural

Ano	Título	Autor
1942	A Importância Social do Município	Edgard de Vasconcelos Barros
1945	Organização da Comunidade Rural	Edgard de Vasconcelos Barros
1948	A Comunidade Rural e sua Organização	Antônio Gonçalves de Oliveira
1967	Identificação dos Líderes de uma Comunidade pela Técnica Reputação	Martin T. Pond e Geraldo R. Braga
1967	O Desenvolvimento Rural da Comunidade Rural e o Engenheiro Agrônomo	Martin T. Pond e Reinaldo de B. Alcântara
1968	Relações In Group- Out Group, e o Processo de Desenvolvimento	Célio Nogueira da Gama

Em 1942, Edgard de Vasconcelos escreve *A Importância Social do Município*, defendendo que os problemas nacionais não têm sido resolvidos com êxito, porque as soluções propostas no Brasil têm partido do *geral* para o *particular*. A referência, vem novamente dos norte-americanos, que com o grande investimento para pesquisas sociais, estavam utilizando o método de pesquisar o micro para buscar generalizações.

Os estudos a partir de comunidades fizeram Edgard de Vasconcelos ter a convicção de que a Sociologia se tornava cada vez mais uma ciência regional, e esta tem sido a forma com que os americanos têm tido êxito para lidar com problemas mais amplos. Foi descrito a experiência dos norte-americanos nos estudos de grupos primários da família, a fim de chegar a conclusões mais concretas sobre a delinquência juvenil. A causa encontrada foi o afastamento dos chefes de família dos lares. Fato cada vez mais comum com a vida moderna e as exigências econômicas. Com uma desintegração na *estrutura moral* da família, ela havia deixado de ser uma *escola de socialização* e passado a ser um germe de delinquência. Para que o município possa conseguir resolver os problemas sociais, é necessário, antes de tudo, dele ter uma perfeita organização, do ponto de vista econômico. Para tanto, deve-se distinguir a comunidade rural da urbana:

É o desenvolvimento da *comunidade rural* que há de determinar o surto de progresso dos nossos centros urbanos. É preciso, pois que as administrações municipais procurem, por todos os meios, aumentar o nível de produção da comunidade rural, se quiserem melhorar o grau de conforto e do bem-estar da cidade, sem acarretar, com isso, consequências para o Estado e para a União. (BARROS, 1942, p. 244)

Os problemas nacionais teriam seu epicentro nos municípios. Sua reestruturação vem a partir de uma melhor comunicação e acesso da comunidade rural à cidade, e principalmente o aproveitamento racional da terra. De acordo com Vasconcelos, o isolamento das fazendas tem sido uma das principais causas do que ele considera ser o retardamento nacional. A *distância social* entre a vida urbana e rural não tem contribuído com os princípios da cooperação. Enquanto na cidade se viva está sob um *espírito positivo*, no campo, Edgard de Vasconcelos afirma que a vida é guiada pelo *espírito fetichista*.

Em 1945, Edgard de Vasconcelos publica *Organização da Comunidade Rural*, apresentando um estudo mais profundo sobre a comunidade rural. Tipificando comunidade rural como sendo “um núcleo de vida agrícola ou de pastoril, na qual os grupos trabalham com interesses comuns dentro de uma área geográfica determinada, com organização permanente e subordinados à uma direção central de negócios” (1945, p. 177).

Dentro das comunidades agrícolas existem duas categorias: as especializadas e as diversificadas, ao caracterizar a forma de trabalho das propriedades, que podem ser extensivas ou intensivas, Edgard de Vasconcelos, recorre ao conceito marxista de superestrutura social, tão importante quanto a estrutura econômica, já que ambos podem ser afetados pelas alterações do regime de trabalho. Para uma organização da propriedade, com bases científicas, o autor vê a necessidade de trabalhar com a estrutura e funções presentes na comunidade rural. O primeiro ponto a ser considerado é a configuração geográfica, que será determinante para o regime de trabalho.

Outro fator importante a considerar na estrutura da comunidade, são os elementos humanos que a constituem. Estes elementos formam ai grupos especiais de composição diversa. (...) no estudo da estrutura de qualquer comunidade rural, é preciso considerar a terra em relação com os indivíduos, e em seguida os indivíduos em relação uns com os outros. (BARROS, 1945, p. 181)

A partir do conhecimento da estrutura da comunidade, são utilizados os modelos de funções na comunidade rural de Walter Burr²⁵, onde mostra que os grupos sociais possuem funções econômicas sendo: a produção rural, mercado, aquisição de material, financiamento, comunicação e transporte. E Paralelo a isto, as funções sociais: educação, saneamento, diversões embelezamento, vida doméstica.

O núcleo da comunidade está na liderança, ela quem tem o controle sobre os negócios, o que pode determinar êxito ou fracasso em todas as funções, assim, a organização da comunidade começaria pela contabilidade. É estipulado um tipo ideal de líder rural, que entre suas qualidades apresenta: aptidão para negócios, agilidade mental e intuição clara das coisas, habilidades mecânicas, senso naturalístico, ser um trabalhador treinado, e por último ser um "homem experimentado". Esta última característica, a experiência, permitiria o líder ter o senso de justiça, equidade e de amor ao trabalho.

Pegando os padrões da produção em larga escala da indústria norte americana, Edgard de Vasconcelos se utiliza de adaptações deste modelo, de modo que a fazenda fosse gerida como uma verdadeira empresa rural, e isto exigia um padrão de qualidade e uma fiscalização do trabalho.

²⁵ Livro Rural Organization

Considerando que no campo existe um grande *isolacionismo individualista*, faz-se necessário a formação de associações rurais, para que os pequenos e médios agricultores possam "vencer, em toda a parte, as explorações as explorações capitalistas e rapinagem dos intermediários"²⁶. É por meio da organização destas associações que os agricultores, enquanto sociedade civil, conseguirão resolver seus problemas, ao invés de ficarem sempre aguardando iniciativas governamentais.

Assim como Edson Potsch, Vasconcelos também se espelha na prática das associações, bastante comuns nos Estados Unidos, para a criação de uma formação de uma rede de colaboração mútua entre os produtores rurais.

Antônio Gonçalves de Oliveira, bacharel em Direito, que foi revisor e professor de Português na instituição, publica em 1948 o artigo *A Comunidade Rural e Sua Organização*. O autor também inicia seu trabalho preocupado com a definição do que seria comunidade rural. Para Antônio Oliveira, seria uma reunião de grupos primários, de região cultivável, cujo compartilham centros de interesses e necessidades.

Entre os centros de interesses, destacam-se a Igreja, o armazém, o povoado. "Distingue-se também pelo esforço conjugado e cooperativo dos habitantes, procurando aumentar as relações harmônicas, afim de alcançar a felicidade coletiva."²⁷ Preocupado com parâmetros metodológicos para um estudo mais fidedigno com o que seria a vida social no meio rural, Oliveira estipula parâmetros como ambiente geográfico, elementos raciais e distanciamento dos centros urbanos para tipificar as comunidades rurais. Entre as 15 categorias criadas pelo autor, vale destacar a Comunidade Rurbana, a qual é composta por indivíduos que suas relações sociais estão bipartidas entre o campo e o centro urbano.

Oliveira foi o único autor a utilizar o termo weberiano ação social, se referindo às atividades que os moradores do campo realizavam entre os aglomerados populacionais. Os percursos até distritos, comarcas para a realização de serviços foram chamados também de "contatos civilizadores", que eram pouco frequentes devido ao distanciamento em que o homem do campo se localiza. O autor volta a explicitar a influência durkheimiana ao pôr como essencial para compreender a comunidade rural, saber distinguir a sua estrutura e sua função. Estas seriam a anatomia e fisiologia deste organismo que é a comunidade rural.

²⁶ Barros, 1945, p. 194

²⁷ OLIVEIRA, 1948, p. 23

O autor carrega também o pensamento comum dos textos do período ESAV de melhoramento social, como sendo uma necessidade a qual a comunidade rural deveria se atentar. Tendo em mente que a organização não deve ser obrigatória e coercitiva, o cooperativismo, a escola e o serviço de extensão assumem posições de destaque enquanto agentes de mudança.

Como no corpo humano, ou num relógio, todos os seus membros devem estar bem ajustados e aptos a manter o seu funcionamento. É preciso, outrossim, habilitá-la a bem agir relativamente. Às comunidades vizinhas. Não é, porém, uma perfeita obra de engenharia pois o seu processo social é evolutivo, e há contínuas mudanças no tempo e no espaço, e constantes ajustamentos a novas condições de vida. (OLIVEIRA, 1945, p. 26)

Esta perspectiva de evolução social almejava alcançar a consciências de elos comunitários, a cooperação, o controle e a redução de conflitos. Estas necessidades compensariam o “atraso social de vários decênios”²⁸ em que se encontrava o homem rural brasileiro. Enquanto Simmel (1903) relacionava a vida citadina com uma pulsão que propicia ao individualismo, à atitude *blasé*, onde a cultura moderna faz se sobressair o espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, Oliveira aponta o inverso. Creditando aos serviços e agências que a cidade oferece à interação dos cidadãos, eles despontam para uma maior cooperação entre si, enquanto o homem rural, apesar de viver em um ambiente mais democrático, tem maior individualismo causado por seu distanciamento e independência de grupos.

O adiantamento social de um grupo seria medido pelo aumento de sociabilidade e pelo número de competições nos negócios, desde que não haja conflito. Antônio Oliveira tem como ideal “ruralizar a indústria e industrializar a agricultura”, que oferece os mesmos serviços que a cidade aos cidadãos, como livrarias, automóveis, hospitais, etc.

O agrônomo seria o grande agente socializador, que necessita dos conhecimentos que as ciências sociais oferecem, para saber lidar com o funcionamento dos grupos rurais e ter condições de modificar as atitudes desta “sociedade rudimentar”.

O especialista em Sociologia Rural Martin Pond juntamente com o engenheiro florestal Geraldo Braga, publicam em 1967 a pesquisa *Identificação dos Líderes de Uma*

²⁸ OLIVERIA, 1945, p. 27

Comunidade Pela Técnica Reputacional. Seus objetivos eram identificar os líderes de uma e também a estrutura de poder em uma comunidade de 9700 habitantes, onde 70% da população vivia na zona rural. Na mesma localidade da Zona da Mata mineira, buscaram identificar também os principais problemas sociais que ali haviam.

A influências conceituais vem de alguns intelectuais da própria universidade, como Edgard de Vasconcelos (1960), utilizado para definir o que seria a liderança. De acordo com o primeiro sociólogo de Viçosa, a liderança seria um indivíduo que em determinadas circunstâncias modifica a atitude dos demais com sua influência. Os líderes podem então ser classificados quanto a sua origem, podendo ser líderes espontâneos ou institucionais. Enquanto os primeiros têm uma “força magnética” vinda de si mesmo capaz de causar tal influência, os segundos dependem da instituição que representam. É possível classificar a liderança também de acordo com seu campo de ação, como na esfera política ou religiosas.

Utilizaram a metodologia de Técnica Reputacional, que consistia em identificar os mais influentes da localidade por meio de entrevista com pessoas que os autores chamam de instruídas. Em seguida, a realização de entrevistas com os indivíduos mais citados na etapa anterior. As análises finais foram por meio de sociogramas.

Entre os principais problemas no município, estavam a falta de médicos, a falta de cooperação entre os partidos políticos, a falta de estrutura da escola e a ausência de espaços como cinema e clubes, onde a população pudesse ter lazer na própria cidade. Além de Ronald Powers, a metodologia do trabalho foi baseada em Asghar Fathi, Elaine Forsyth e Katz. Além de outro professor que trabalhou em Viçosa, Lytton Guimarães, que em sua Tese na Universidade no Kentucky também estudou a identificação de líderes em comunidades.

No mesmo ano Martin Pond publica, juntamente com o agrônomo Reinaldo Alcântara, publica o artigo *O Desenvolvimento da Comunidade Rural e o Engenheiro Agrônomo*. Para mostrar como o agrônomo é um importante agente de mudanças nesta esfera, os autores iniciam o estudo das estrutura e funcionamento da comunidade. Utilizam o pressuposto de que nem todos os indivíduos participam igualmente nos objetivos de grupo, podendo ser classificados em três grupos, os líderes, o público interessado e o desinteressado.

Ao utilizar o mesmo método do trabalho anterior para a identificação de líderes, observaram que os líderes específicos trabalham com proximidade com líderes gerais e com

ambos partidos políticos da cidade, assim, suas ações são contínuas independentes da conjuntura política.

O reforço na importância do papel do agrônomo, traz a necessidade, segundo os autores, de que tenho o conhecimento da estrutura de influência existente na comunidade em que trabalho. Desta maneira estes profissionais poderiam assegurar o êxito na adoção dos programas de intervenção. Torna-se prioritário então a necessidade da habilidade do agrônomo em influenciar pessoas, e os líderes são os primeiros que devem ser influenciados.

Em 1968, o sociólogo Célio Nogueira da Gama publica o trabalho *Relações in "Group- out Group" e o Processo de Desenvolvimento*, que também foi apresentado na Quinta Jornadas Sociológica de Juiz de Fora. Gama traz diferentes percepções de filósofos e cientistas sociais acerca do conceito de desenvolvimento, e aponta como, para tais autores, tais pensamentos estão sempre ligados a um processo de evolução histórica.

Das publicações analisadas, seu trabalho é o mais consistente em termos de debate teórico, ao mostrar que vários intelectuais estão envolvidos com uma ideologia da modernização. Celso Furtado é o primeiro citado na publicação, pois tal autor define que o desenvolvimento econômico como um processo de mudança social está relacionado as necessidades humanas, de modo que são satisfeitas com a inserção de novas tecnologias para alteração de seu sistema produtivo. Já Octavio Ianni, consideraria a racionalização dos meios de produção essencial para o dinamismo da indústria.

Peter Heintz analisa o tema considerando as estruturas de poder, pois as mudanças provem das relações entre um poder político tradicional e um ameaçado, formada pelas classes baixas e a partir das possibilidades de ação que os meios de comunicação impulsionariam. Célio Gama critica tais teorias afirmando que elas se limitam à uma fundamentação tecnicista.

Considerando ser conceitos adequados para tal problemática, por lidar com aspectos culturais das relações, o autor trabalha com as categorias *in group* e *out group*. O primeiro grupo consiste em indivíduos que possuem um atributo social em comum, que os unem, seria o “nós”, enquanto os *out group* seriam “os outros”, estranhos ao “nosso grupo”. Há uma continuidade de relações dialéticas e tensas, principalmente quando a ocorre a discriminação de ações entres os grupos, que quando intenso, abre espaço para a criação de uma subcultura *in group* que atenua o processo de discriminação. Assim, processo de relações conflitivas

fortemente estruturadas pelas relações grupais, somente poderá ser rompido pela introdução, no sistema, de fatores exógenos capazes de modificar o sentido das forças em interação.²⁹

Nas sociedades em transição, em que o tradicional coexiste com o moderno, utiliza-se apenas as duas categorias como tipos ideais weberianos de análise. Gama segue as teorias de Kurt Lewin, o qual define que a mudança de grupo, para o indivíduo, simboliza “entrar em uma região desconhecida e cognitivamente não estruturada, [em que] eles tendem a reagir no sentido de manter a coesão social existente e culturalmente induzida”³⁰.

Deste modo, Gama refuta Celso Furtado, afirmando as necessidades humanas de um grupo são socialmente definidas pela cultura, que o próprio *in group* (que poderia ser uma comunidade tradicional) oferece maneiras de satisfazê-las, não havendo a necessidade de inovações tecnológicas.

Enquanto permanecermos ao nível da análise do fator básico do dinamismo da modernização, estaremos ao nível da consciência de que esta modernização é necessária, mas não atingiremos o nível de uma ciência explicativa do processo. (GAMA, 1968, p. 216)

Célio da Gama ousa em apontar novos caminhos, priorizando o avanço do saber científico, apesar de sutil, foi uma grande ruptura de décadas de tradição desta Escola Viçosa onde o pensamento social presente era totalmente enraizado com o ideal de modernização. O autor ao contrário da geração de Edgard de Vasconcelos, não apresenta uma ânsia para intervir com o conhecimento sociológico no melhoramento de comunidades, mas sim aperfeiçoar as teorias sobre o desenvolvimento e resistência, para ultrapassar os limites teóricos que haviam naquele momento.

Os primeiros artigos da categoria Estrutura da Comunidade Rural, trazem ainda uma maneira de olhar para os grupos rurais como incapazes de alcançarem sozinhos o modelo ideal que almejavam os acadêmicos. Assim como Lynn Smith³¹ acreditava que o homem rural não possui o espírito comunitário que o permitiria se desenvolver, outros autores influentes da primeira metade do século XX, como Oliveira Vianna, também compartilhavam de uma crença de fragilidade nos laços sociais do homem do campo:

²⁹ GAMA, 1968, p. 213

³⁰ Idem, p. 214

³¹ *Apud* MUSSOLINI, 2009

Deante dos grandes latifundiários não se erguem nunca como organizações autônomas e influentes: ao contrário, ficam sempre na dependência delles. Não exercem, nem podem exercer aqui, a função superior que exerceram, deante de *olygarchia* feudal, as *communas* medievaes. Falta-lhes para isto o espírito corporativo, que não chega a formar-se. São meros conglomeratos, sem entrelaçamentos de interesses e sem solidariedade moral [...]” (VIANNA, 1938, p. 159 *apud* FONTANA, 2014, p.120)

8.7 Categoria Importância das Ciências Sociais

Ano	Título	Autor
1941	Zonas Sociais do Estado de Minas Gerais	Edgard de Vasconcelos Barros
1958	As Ciências Econômicas e Sociais no Desenvolvimento da Agricultura	Erly D. Brandão
1965	A formação do Economista Rural	Erly D. Brandão
1965	A Formação de Sociólogos Rurais no Brasil, Suas Contribuições Potenciais e Perspectivas de Trabalho	Lytton L. Guimarães

O texto *Zonas Sociais do Estado de Minas Gerais*, de Edgard de Vasconcelos foi primeiramente publicado na revista "Cultura Política" de número 10, e então publicado na CERES em 1941. O artigo é iniciado com a afirmação de que o sentido regional que os sociólogos norte-americanos vêm imprimindo às suas pesquisas tem permitido um conhecimento mais objetivo, concreto e seguro da *realidade social*³².

Afirma que, até então, a sociologia brasileira não havia se libertado do *academismo teórico*, fator que fazia a Sociologia uma ciência de *teses abstratas e leis imaginárias*, ciência que tem limitado seu foco para estudar *escolas, autores e doutrinas*, sem nenhuma preocupação de natureza prática ou abstrata. Com isto seus estudos nas grades curriculares não tinha uma contribuição eficaz para o estudante, pois, com o estudo limitado em *tese*, o estudante terminava o curso sem "olhos para ver a *realidade social*".

O autor expõe que os norte-americanos fizeram alterações no método sociológico, de modo que cada *problema* fosse "estudado de per si, sem ser destacado, propriamente, do seu

³² Grifos do autor

complexo de relações", assim a pesquisa social não traria apenas um conhecimento *fragmentário da realidade*, e também fortaleceria a disciplina como ciência.

Devido a extensão territorial e diversidade presente no Brasil, temos um amplo campo para o estudo da Sociologia Regional, considerando a dificuldade de encontrar soluções que se adequações as peculiaridades de mais de uma região. Edgard de Vasconcelos elogia os dispositivos implantados pelo Estado Novo que respeitam as diferenças regionais. Um deles foi a criação da Escola Nacional de Agronomia, com diretrizes que respeitavam tais peculiaridades regionais. A base econômica nacional, a agricultura, tem características próprias, de acordo com a *fisionomia geográfica ou cultural* de sua região. Isto, afirma o autor, era reflexo de um uma larga visão sociológica de Getúlio Vargas.

Juntamente com as novas medidas do Governo, torna-se necessário, de acordo com o autor, o aparecimento de um corpo de pesquisadores que, tendo apoio governamental ou não, para desenvolver soluções para os *problemas sociais e* disseminar o conhecimento sociológico, assim como se tem feito em outros países. A partir desta melhor divisão do estado em zonas econômicas específicas, havia uma maior abertura para interpretações sociológicas mais seguras, apesar da escassez de informações disponíveis sobre cada município do Estado.

Não é preciso mergulhar, porém, no passado dessas populações para compreender as diferenças que as extremam. O próprio *determinismo geográfico*, como suas *barreiras naturais*, em muitos casos não superados ainda, justifica plenamente as formas de vida social desses núcleos humanos. (BARROS, 1941, p. 176)

Se utilizando do conceito de Cultura, como algo que pode ser medido e desenvolvido em uma única direção, o autor conclui que em algumas zonas a terra tem se ajustado ao homem, e outras o homem se ajusta a terra, conforme sua escassez de recurso. Assim, na primeira situação com a introdução de novas técnicas haveria um "surto de progresso", enquanto no segundo, seria necessário aumentar o grau de cultura do povo, para que novas ações fossem compensem a pobreza da terra. Esta conclusão vem demonstrar uma compatibilidade com os projetos extensionistas que tiveram o apoio norte americano, na qual a ESAV atuaria levando seu conhecimento e interviria de modo a reverter o quadro de limitação das técnicas agrárias, e assim, o progresso agrícola.

O Economista e mestre em Administração Rural, Erly Brandão, teve seu texto *As Ciências Econômicas e Sociais no Desenvolvimento da Agricultura*, publicado na Revista CERES de 1958. Vindo do pensamento que a industrialização do país trouxe as maiores transformações para o meio rural, seu texto enfatiza a importância sobre as matérias de Economia Rural, Sociologia Rural, Administração Rural e Extensão Rural. Já que, com dados mostrando uma maioria agrícola predominado pela agricultura de subsistência, havia um quadro de “desenvolvimento primitivo”.

Apesar de grandes conquistas nas áreas das ciências exatas, aplicadas em tecnologias agrícolas, Erly Brandão diz que as ciências econômicas e sociais ainda são tidas como desnecessárias e incompreendidas. Tais disciplinas, afirma, só estão a se arriscar dar os primeiros passos.

(...) Nossa convicção, repetimos, é a de que somente incrementando e difundindo os conhecimentos que elas já acumularam, poderemos atuar efetivamente sobre os grandes males que afligem o nosso meio rural. (...) É de esperar que as ciências econômicas e sociais colaborem agora no sentido da mais rápida difusão desses conhecimentos entre todos os agricultores brasileiros. (BRANDÃO, 1958, p.276)

O autor explica que quando o meio rural deixa a exclusividade da agricultura de subsistência e passa a ser uma célula produtiva, chega a necessidade de ciências específicas em tal campo. Com o campo crescendo e se tornando complexo, novos conceitos surgiram, novos estudos, assim como novas matérias pertencentes aos dois grandes segmentos: Economia Rural e Sociologia. Dar uma cadeira para cada subárea não há necessidade, porém, a criação das cadeiras de Administração rural, Extensão rural, sociologia e economia rural (naquele momento, todas estavam inseridas em uma disciplina, que leva o nome desta última) adequaria o currículo das universidades de outros países, e tem se mostrado imprescindíveis. A demanda apresentada pelos trabalhos da ACAR e Campanha Nacional da Educação Rural também acabam impulsionando tal necessidade de atenção às ciências econômicas e sociais.

Ao caracterizar em que consistiria cada disciplina, Brandão aponta a economia como responsável por estudos acerca do problema de produção e processos de distribuição e consumo. Estudos que seriam estéreis se não há a sociologia para que se transforme os processos econômicos em bem-estar social. Seria uma responsabilidade da sociologia, então:

1. Assentar em base científica a organização das comunidades rurais, pela estimulação dos grupos humanos, no sentido do melhor aproveitamento de seus recursos culturais;
2. Estudar os problemas de motivação do homem no trabalho e na vida social, através de um conhecimento mais exato das forças que o impulsionam à ação;
3. Analisar os processos de competição e de conflito, que perturbam seriamente a expansão das forças de produção, e conseqüentemente, o desenvolvimento material dos grupos a vida social
4. Analisar processos de integração e de cooperação, no sentido de tornar mais amável e mais rica de estímulos a vida social;
5. Conhecer, enfim, os processos ecológicos sobre os quais se ergue a organização de vida econômica e social da comunidade;
6. Síntese, saber como se organizam, como se influenciam e como se mudam os grupos sociais;
7. Pesquisa em Sociologia Rural. (BRANDÃO, 1958, p.279)

A disciplina de Extensão Rural deveria ter uma ênfase maior, porque se trata de um sistema educacional no qual é "idealizado para levar conhecimento à população rural"³³, tendo em vista que o agricultor brasileiro carece de instruções pois seus métodos de trabalho não seriam os mais adequados para o desenvolvimento da agricultura moderna. Uma disciplina que se atentasse a filosofia da extensão, métodos, procedimentos e planejamentos de programas de extensão traria mais êxitos a mudanças de hábitos.

Erly Brandão mostra a importância das pesquisas econômicas e sociais para o desenvolvimento de todas as disciplinas citadas anteriormente, que foram propostas para a UREMG. Pela investigação se encontra os princípios que regem o objeto de estudo, e apenas a partir daí pode-se aplicar em programas de aplicação no meio rural.

Os Estados Unidos são o grande exemplo em experimentos e pesquisas, enquanto no Brasil, afirma o autor: " infelizmente, não formamos ainda uma elite de pesquisadores capazes de influir junto aos poderes constituídos, a escolas, institutos, associações, etc."³⁴ seguindo um modelo de traçar diretrizes sem uma pesquisa prévia. O professor de Viçosa enfatiza a percepção do fazendeiro, que não vê sua fazenda como um laboratório, mas um campo de atividades comerciais e um lar.

Na década seguinte, quando lecionava a disciplina de Administração da Empresa Rural, Erly Brandão publica o artigo *A Formação do Economista Rural*. O trabalho foi

³³ Brandão, 1958, p. 281

³⁴ Idem p. 284

apresentado na Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (SOBER) do mesmo ano, em 1965.

Sua ênfase era mostrar que enquanto no Japão, EUA e Europa Ocidental, onde o profissional tem um papel importante na política agrícola, no Brasil a valorização ainda era pequena, e não se desfrutava de todo potencial das técnicas modernas, afim de gerar eficiência produtiva. Na Europa, por exemplo, a Economia Rural havia se desmembrado em Administração da Empresa Rural, Avaliação de Fazendas e Política Agrícola.

Com Lionnel Robbins e Gunner Myrdal, o autor afirma que a Economia está ligada ao comportamento humano, sendo assim, é também uma ciência social, afinal, a escassez de recursos pode ter causas políticas e institucionais. Seguindo os preceitos do mexicano Edmund Flores, o professor de Viçosa tem a clareza de que o desenvolvimento dos estudos da macroeconomia agrícola está intimamente ligado às mudanças sociais. No entanto, destaca que os aspectos sociais deveriam ser objetos da sociologia rural.

Erly Brandão destaca a importância de programas de pós-graduação de qualidade, para que se tenha condições de criar uma elite intelectual capaz de liderar o ensino e pesquisa nos diversos ramos científicos. É um defensor da expansão dos Mestrados e Doutoramentos no Brasil, como este segundo, naquele momento, era mais acessível nos Estados Unidos via convênios, seria ideal que pelo menos se desenvolvesse a tese voltada para a economia brasileira.

O professor Lytton L. Guimarães, que veio se destacar nos estudos de Relações Internacionais, em sua curta passagem pela UREMG publicou o artigo *A Formação de Sociólogos Rurais no Brasil, Suas Contribuições Potenciais e Perspectivas de Trabalho*. Publicado em 1965, o autor não só volta a reafirmar a importância do profissional das ciências sociais, mas também problematiza as dificuldades que a sociologia enfrenta no Brasil.

Guimarães admite a contribuição da antropologia para pesquisa social, como tem demonstrado Diégues Jr, principalmente no que se refere aos estudos transculturais. Porém segue Robert Marsch ao atribuir uma limitação da antropologia no que se refere às sociedades complexas, e esta possui também o entrave de não proporcionar evidências comparativas, para que se possa testar as hipóteses da sociologia rural.

A falta de especialistas em sociologia rural, para Lytton Guimarães, deve-se primeiramente à “falta de conteúdo objetivo que possa orientar a sua aplicação”³⁵. O segundo ponto vem com as carências estruturais dos sistemas de formação de cientistas sociais rurais, que teriam importante função nas atividades de reforma agrária.

O autor traz um dos problemas básicos da sociologia que é a categorização de comunidades rurais e urbanas, já que não há critérios universais de definição e, como aponta os trabalhos de Bertrand, seria quase impossível a classificação rural-urbano. Embora já houvesse uma linha de intelectuais que eram avessos à esta dicotomia. Tal grupo que sugere uma continuidade dos termos, trabalham com as categorias vindas do alemão Ferdinand Tönnies, na qual existem dois tipos polares, um extremamente rural (*Gemeinschaft*), e o extremamente urbano (*Gesellschaft*). Tanto as teorias da dicotomia quanto da continuidade, pressupõe que quanto maior a comunidade, maior seu grau de urbanização.

Enquanto Bertrand usa o termo sociologia rural como o ramo aplicado da sociologia, Guimarães vai trabalhar com o conceito de que é o estudo dos grupos sociais rurais. Reconhecendo que existe um conflito de prioridades, o tempo mostrou que a característica academicista não conseguiu trazer os resultados desejáveis.

Lytton Guimarães traz o histórico da sociologia rural nos Estados Unidos, que veio com os estudantes da Universidade de Columbia, com o professor Franklin Guiddings. Entre 1920-1929, a sociologia rural foi institucionalizada, com o processo de desenvolvimento dos Land Grant Colleges. Enquanto de 1930 e 1945, este segmento conseguiu uma maturação tendo os sociólogos desempenhando importantes papéis com o programa “New Deal”, do presidente Roosevelt.

Ao examinar os primeiros vinte e cinco volumes da Rural Sociology, correspondentes aos anos de 1936-60, Guimarães encontrou as principais tendências do período. Os estudos sobre adoção e difusão de práticos e acerca do contínuo rural-urbano aumentaram, enquanto o tema de mobilidade social teve maior impulso nos anos 50. Houve estabilidade nos estudos de mudanças populacionais, e os estudos acerca da família e saúde rural tiveram declínio a partir dos anos 50. Guimarães percebeu ainda um declínio nos temas de migrações, políticas públicas e bem-estar social. Durante os primeiros anos da década se 60, a tendência era uma maior preocupação com os meios metodológicos e conceituais, enfatizando mudanças sociais.

³⁵ GUIMARÃES, 1965, p. 287

Tais direcionamentos tem influência, afirma Guimarães, dos comitês da *Rural Sociological Society*. Em um dos últimos comitês antes da publicação deste artigo, por exemplo, a orientação era de ter um quadro de referência com uma análise funcional.

Na Europa, a sociologia rural, de orientação aplicada, só veio a ter lugar após a II Guerra Mundial, até então, os estudos em grande parte eram de natureza filosófica. No Brasil, a evolução da disciplina não foi muito diferente, havia um grande número de escritos sobre a vida rural, e grande parte até se confundia com a literatura nacional. Guimarães aponta o trabalho de Stagenhagen (1964) em que faz uma análise destas produções, que são divididas em três frentes. A primeira são os Estudos Regionais, de caráter sócio-antropológico, orientados por Willems, Pierson e Wagley. Outro ramo dos trabalhos foi a Pesquisa de Problema, que tem bastante atenção para a questão da estrutura agrária. A outra subdivisão dos estudos da sociologia rural seria os Estudos de Comunidade.

Mesmo que em Viçosa houve uma tradição de pesquisas neste campo, Lytton Guimarães afirma que a sociologia rural ainda se encontrava em um estágio embrionário. Sua inclusão entre os simpósios da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência já era um sinal positivo de demanda. O sociólogo rural poderia contribuir com os aspectos estáveis e transitórios das sociedades rurais, uma construção teórica de ampla aplicação e assessoramento de políticas para o meio rural. Sempre vinculando o ensino, pesquisa e extensão.

O autor faz uma reflexão acerca da produção da área e percebe, que mesmo tendo o mérito de lidar com problemas sociais, tem negligenciado o diálogo com a linha dos conceitos sofisticados, abstratos e que permitam amplas generalizações. A sugestão de Guimarães para um curso de mestrado na área teria em sua grade os estudos de: sociologia rural, teoria sociológica contemporânea, estatística, relações entre campo e a cidade, além de técnicas de pesquisas.

A importância de oportunidades de trabalho para os sociólogos é tida como importante para o progresso desta ciência, porém, ela iria ocorrer de acordo com o reconhecimento público da carreira. O professor Guimarães afirma ainda que “somente com contribuições de reconhecida utilidade social estará a disciplina palmilhando o seu próprio

desenvolvimento”³⁶, um dos caminhos para isto seria o trabalho juntamente com as instituições públicas de desenvolvimento nacional.

Um fator que estava impedindo um maior desenvolvimento do status da carreira, era a falta de organização profissional, “por paradoxal que seja, o sociólogo, que é um estudioso das organizações, ainda não logrou organizar-se profissionalmente, no Brasil” (GUIMARÃES, 1965, p. 303), apesar de que necessitaria também de uma avaliação externa deste status.

³⁶ GUIMARÃES, 1965, p. 300

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi possível perceber em outros eixos temáticos, a importância das ciências sociais, em especial a sociologia, sempre foi explícita. Porém, o ensino da sociologia, mesmo que iniciado nos anos 30, ainda não havia ganhado espaço definitivo na graduação. A sociologia em Viçosa estava subordinada à Economia Rural. Se pensarmos de modo mais amplo, o ensino de sociologia dependia do desenvolvimento econômico e da *hipermercantilização* da ciência (SANTOS, 2011). Deste modo, o ensino da sociologia seria funcional e estratégico. No entanto, a utilização da sociologia como ciência fundamental para as atividades de extensão, foi a maneira encontrada para justificar a permanência, legitimação e valorização do campo das Ciências Sociais na Instituição.

Podemos afirmar, então, que houve uma inserção da sociologia bastante cedo na ESAV, porém, o mesmo não se pode dizer da institucionalização de tal área. Um critério central para a institucionalização é justamente o desenvolvimento de uma autonomia em relação às demandas originadas fora do campo científico (OLIVEIRA, 1998), assim como a criação de uma carreira profissional. Haja vista que os trabalhos das ciências sociais buscavam estar dentro das expectativas que a Instituição mantinha, os sociólogos estavam entre a autonomia de um lado, e do outro, a legitimação de seu espaço na universidade.

As três décadas de análise, apresentam em comum uma sociologia voltada para uma compreensão do funcionamento da estrutura da sociedade rural, para que, com bases científicas, fosse possível uma adaptação do homem rural à dita “civilização”, que tinha como referencial a adaptação às demandas do mercado. Ao analisar tais artigos, devemos nos atentar que

“as relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto. (...) Elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer” (FOUCAULT, 2008, p. 50).

As relações discursivas, não são internas ao discurso. Elas caracterizam não a língua que o discurso utiliza, nem as circunstâncias que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. Assim, os enunciados são, também, reflexos de um processo histórico.

Enunciados comuns, principalmente no período ESAV, foram guiados pelos conceitos de *civilização, modernidade, ajustamento, racional desenvolvimento*, que direcionavam ao seu tipo ideal à qual justificavam às intervenções, eram conceitos que, por sua vez, contrapunham os termos *rústico, atrasado, pobreza, irracional, etc.* Concepções, já não utilizadas pelas ciências sociais, mas que por décadas, confirmaram um senso comum diante da sociedade, por um processo de simplificação de teorias, pelo meio não-científico, pautando uma sociedade moderna, onde deveríamos alcançar.

Um ponto importante a ser mencionado é que, ao contrário do que Uíara Silva (1994) constata em sua dissertação, que afirma haver apenas a denominação *produtor rural*, para se referir ao fazendeiro, na amostra analisada, constata-se o uso também dos termos Homem Rural e Homem do Campo. Termos não necessariamente se referindo ao fazendeiro, tratando-se da comunidade e/ou sociedade rural.

Os professores da ESAV/UREMG não criaram o que Bourdieu (2007) chamaria de Escola, mas tinha claramente os direcionamentos de Escolas de pensamento norte-americanas, principalmente, no que se refere aos teóricos do Capital Humano. Se utilizando as teorias do conhecimento de Ludwik Fleck (2010, p.82), podemos dizer que os intelectuais de Viçosa compunham um *coletivo de pensamento*, que seria uma:

Comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento.

Como os coletivos sempre estão sujeitos aos fatores externos, Fleck não descarta a interferência da atmosfera social nos estilos de pensamentos, muito pelo contrário. E foi este o quadro que este coletivo de Viçosa esteve, os artigos de professores, que não são cientistas sociais, nos ajudam a montar o que seria essa atmosfera social do período trabalhado. Com estes pressupostos, deixamos de lado afirmar se tal estilo de pensamento era correto ou errado, mas trabalhamos com a ideia de que há sempre lógicas próprias dentro de um sistema

de pensamento, assim, o que há é uma ampliação do conhecimento, e esta ampliação, de acordo com Fleck (2010), não se dá de maneira individualizada.

O estilo de pensamento dos intelectuais de Viçosa, evita citar ou encaixa em seu sistema lógico, qualquer indício de contradição que fuja seu estilo. A questão da politização do homem do campo, por exemplo, nunca foi pauta dos artigos, a questão da pobreza no meio rural, seria debatida por um marxista articulando ideias de um conflito de classes, mas dentro do sistema lógico dos cientistas sociais de Viçosa, a explicação perpassa pelas vias pacíficas do cooperativismo.

A ruptura de um estilo de pensamento não se dá, necessariamente, de forma brusca, como traz a teoria de Kuhn (2000), mas é um processo gradual, até porque, existe uma coerção dos intelectuais mais antigos. Como cada pesquisador, além de seu grupo de trabalho, faz parte de outros círculos sociais, já que a sociedade é um emaranhado de coletivos de pensamentos (FLECK, 2010), torna-se inevitável um tráfego de saber intercoletivo. Com esse tráfego de conhecimento há um acoplamento de novas reflexões de valores, que podem gerar até mesmo mudanças estruturais.

Foi o caso do artigo de Célio Nogueira da Gama, orientando do sociólogo Fernando Rocha, no Mestrado de Economia-UREMG, que, além das referências de grandes nomes da época, cita trabalhos vindo da Escola Superior de Agricultura da USP, e do Departamento de Sociologia e Política da UFMG, considerando que, em Viçosa, eram maiores as influências estrangeiras do que referências a intelectuais brasileiros. Fato este que se encaixa no processo de mudança no estilo de pensamento de um coletivo, teorizado por Ludwick Fleck.

Com a influência de Ortega y Gasset, no livro *Meditações sobre a Técnica*, de 1963, no qual traz o homem como fruto de um processo histórico, Célio Gama se afasta de uma visão até então bastante comum dos intelectuais da instituição, de publicações direcionadas à um objetivo pessoal e/ou institucional, que acabavam bloqueando o pesquisador de novas possibilidades de compreensão. Além dos casos de ex-professores, que publicaram enquanto estavam a serviço de outras instituições, como Ministério da Agricultura e ACAR, onde apresentam novos conceitos novas percepções.

As ciências sociais desenvolvidas em Viçosa, durante os períodos ESAV e UREMG, apresentam características marcantes difundidas desde os primeiros artigos, de Edgard de Vasconcelos Barros, que lutava por uma sociologia aplicada e menos interessada no academicismo. Esta última característica, uma repulsa ao ensino enciclopédico, acabou sendo

um princípio institucional que Henry Rolfs trouxe com a fundação da ESAV, se enraizando, inclusive, na maneira de fazer ciência na instituição por longas décadas.

Mesmo que a instituição, de modo geral, estivesse focada em projetos para aqueles produtores que tivessem condições financeiras de investir em inovações, os cientistas sociais, mesmo que sutilmente, visualizaram o drama do pequeno agricultor. A ingenuidade do homem do campo foi, durante anos, a principal justificativa para o suposto “atraso” da sociedade rural. Ao longo dos trabalhos, percebe-se que o problema é assimilado com uma série de fatores que agravam a vulnerabilidade do homem do campo, como a subnutrição e o analfabetismo.

A problemática do conflito entre classes nunca esteve entre os temas trabalhados pelos cientistas sociais na Revista Ceres, e raramente se aproximaram de tal discussão. Quando o tema estava relacionado com as injustiças do pequeno agricultor, a solução era encontrada em uma redistribuição de propriedades de terras, que se daria de maneira natural e acabaria com o um grande latifúndio no Brasil. O cooperativismo era, na visão dos autores esavianos a estrutura ideal que superaria a desigualdade, dando maior acesso do produtor ao mercado. Por outro lado, não havia nenhum esforço para que o homem do campo se politizasse.

Através da educação os esavianos acreditavam que poderia preparar o homem rural para a vida moderna e sua nova demanda no modo de produção, já no período UREMG os estudos da importância da educação para o homem do meio rural passam a ter um teor mais científico. A educação ainda não é uma educação desvinculada às teorias econômicas, pelo contrário, o embasamento dos cientistas sociais deste período é de que a educação fosse vista como um investimento no capital humano, ou seja, também deveria ser racionalizado e contabilizado.

A Sociologia em Viçosa por mais que tivesse uma clara influência dos economistas e sociólogos rurais norte-americanos, não se limitava em importar teorias, mas buscavam testar em pesquisas no território nacional, de modo que se pudesse a criar um arcabouço teórico específico do campo da sociologia rural brasileira.

Os grandes centros de Ciências Sociais do Brasil se preocupavam em pensar a modernidade, em Viçosa não foi diferente, mas lutaram para serem uma vanguarda das ciências sociais voltadas para o ambiente rural. Pensavam a modernização no campo, todavia, de maneira conservadora, sem projetos de reformas muito bruscas, como a esquerda propunha. Um elemento importante que sempre foi incentivado pelos autores do período

ESAV foi a adoção de toda tecnologia que pudesse facilitar o trabalho do produtor. Contudo, observa-se uma consequência grave desta entrada intensa de maquinário, o êxodo rural, que passa, então a compor a pauta dos debates sociais dos cientistas sociais da UREMG.

Ao longo dos 30 anos estudados, a instabilidade do ensino de sociologia foi frequente, é possível inferir que as ações do Estado, em conjunto com os projetos de extensão rural e investimentos do capital estrangeiro, foram as forças que deram impulso à determinação da vocação dos estudos sociológicos em Viçosa, no sentido de suas competências e trajetória histórica. Tanto na ESAV quanto na UREMG, a finalidade das pesquisas mostrou-se equivalentes, compreender a estrutura da sociedade rural e as causas de resistência em adquirir novos modos de vida que trouxesse maior produtividade.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, L. F. M.; ANDRADE, Maria Cecília L. COOPERATIVISMO D(E) TRABALHO: Algumas Reflexões Sobre o Instituto Após o Advento da lei nº 12.690/12. LTr. Suplemento Trabalhista, v. 50, p. 159-164, 2014.

ALMEIDA, Mário T. B.; AMIN, M.; SOUZA FILHO, T. A. Reforma Agrária e modernização da agricultura: contribuições para a avaliação da experiência brasileira. Revista de Administração e Negócios da Amazônia (Online), v. 1, p. 32-50, 2009.

ARRUDA, M. A. Origens da Universidade Federal de Viçosa: modernidade, agricultura de exportação e importação de modelos (1922-1970). Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso), Editora da UFU, v. 1, p. 141-148, 2003.

AZEVEDO, D. S. Estudo comparado dos periódicos Ceres e Seiva como fontes da história da educação da Universidade Federal de Viçosa. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal - RN. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal-RN: Núcleo de Arte e Cultura, 2002. p. 1-10.

BANAGGIA, Gabriel. Inovações e controvérsias na antropologia das religiões afro-brasileiras. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2008, p.199.

BARBOSA, Lidiany Silva. Roupas novas para a velha senhora agrária: os engenheiros-agrônomo e a modernização do campo em Minas Gerais. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - DER/UFV, Viçosa, 2004.

BARROS, Edgard de Vasconcelos. O Problema da Liderança. Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960.

Princípios de Ciências Sociais para a extensão. 1994

BÔAS, Gláucia Villas (2007). A vocação das ciências sociais no Brasil – Um estudo de sua produção no acervo da Biblioteca Nacional – 1945 a 1966. Rio de Janeiro, FBN.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Eds.). A Universidade Federal de Viçosa no Século XX. 2ed. Viçosa. MG. Editora UFV, 2006

BORGES, José Marcondes. Escola Superior de Agricultura – origem, desenvolvimento e atualidade. Viçosa: UREMG, Imprensa Universitária, 1966

BOTELHO, Adriano. Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. Dissertação de Mestrado. 2000.

BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. (Org.), Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. A Economia das Trocas Linguísticas- Itinerário de Um Concepto. MONTRESSOR, 2002.

_____. Os Usos Sociais Da Ciência. Por Uma Sociologia Clínica Do Campo Científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004

_____. A Economia Das Trocas Simbólicas- Introdução, Organização E Seleção Sergio Miceli. São Paulo, Perspectiva, 2007.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro; REIS, Luiz Fernando. A concepção modernista do campus da Universidade Federal de Viçosa, minas gerais: uma reflexão a partir do plano de desenvolvimento físico de 1970. Publicado na revista OCULUM ENSAIOS 15, p.88-99. Campinas, 2012.

CASTRO, Maria G. Ensino, Pesquisa E Extensão: Origem, Trajetória E Reconfiguração Institucional Na Universidade Federal De Viçosa. Viçosa. Dissertação De Mestrado. 2015

CAVALIERI, M. A. R. ; Curado, M. L. . Sobre as Influências Norte-Americanas de Roberto Simonsen: Institucionalismo, Controle Social e Planejamento. In: 42o Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2014, Natal. Anais do 42o Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2014.

COELHO, France Maria Gontijo. A Produção Científico-Tecnológica para Agropecuária: da ESAV à UREMG, Conteúdos e Significados. Viçosa: Imprensa Universitária, 1992, Dissertação de Mestrado.

COMETTI, E.S. A Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV). 1926-1948. Juiz de Fora. MG. Dissertação de Mestrado. 2005.

COSTA, L. S. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. Ciências Sociais em Perspectiva, v. v6, p. 55-64, 2007

DOULA, Sheila Maria; SOUZA, R. S.. A Pós-Graduação em Extensão Rural no Brasil: perfil, dificuldades e perspectivas. RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 3, p. 282-299, 2006.

DORN, J. Biografia: Peter Bauer. Fonte: Ordem Livre: <<http://ordemlivre.org/posts/biografia-peter-bauer>> acessado em: 10/07 de 2015.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975

_____ Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes. 2007

FLORESTA, M. G. S. ; BRAGA, G. M. . Orientação Institucional e Currículo: a genese do ensino de Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa. CADERNOS DE CIENCIA E TECNOLOGIA, BRASILIA DF, v. 14, n.2, p. 269-286, 1997.

FONTANA, F. O Diagnóstico Sobre O Brasil: Oliveira Vianna E A Sua Primeira Grande Contribuição À Ciência Política Brasileira.. Revista Florestan, v. 01, p. 116-125, 2014.

FOUCAULT. Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

GOLDMAN, M. Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica. *Análise Social*, vol. XLIV (190), 105-137, 2009.

GOMIDE, Tarcísio. Universidade Federal de Viçosa – esboço de uma síntese histórica. Viçosa. Imprensa Universitária.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O problema do Negro na Sociologia Brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo*, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954

KHUN, T. A estrutura das revoluções científicas. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 20. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

LEITE, Gláucia. O Cooperativismo Como Instrumento Constitucional De Garantia Do Desenvolvimento Nacional. Dissertação de Mestrado. 2013

LEONARD, Thomas C. Eugenics and Economics in the Progressive Era. In: *Journal of Economic Perspectives*, Volume 19, N 4, P. 207–224. 2005

LIMA, Antônio Luiz de, et al. (org) UFV 70: anos; a trajetória da Escola. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1996.

LOPES, Maria de Fátima. O Sorriso Da Paneira: Construção De Gênero Em Universidade Rural. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 1995

MAZA, Fábio. O Idealismo Prático de Roberto Simonsen: Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação. Tese de Doutorado. 2002.

MENDONÇA, Sonia. R. de . Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). Tempo, volume 15, num 29, PP 139- 165, 2010, Universidade Federal Fluminense.

_____. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. História Unisinos, v. 4, p. 188-196, 2010.

MUSSOLINI, Gioconda. Persistência e Mudança em Sociedades De “Folk” No Brasil. In: Cadernos De Campo, São Paulo, n. 18, p. 1-354, 2009

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2ª ed. Editora Saga. Rio de Janeiro, 1968.

NETO, Benedito Rodrigues. Processo de Trabalho e Eficiência Produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. In: Estudos Econômicos (USP. Impresso), v. 39, p. 651-671, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. Apresentado no grupo de trabalho Pensamento Social no Brasil, X Encontro Anual da Anpocs, Campos do Jordão, outubro, 1986.

_____. Ciências Sociais: ontem e hoje. G. & Tróp., Recife, t 26, n.2, p. 295-302, jul/dez., 1998.

PASTORE, J. As teorias psicossociais do desenvolvimento econômico: comentários críticos. Rev. adm. empresas. vol.10 no.1 São Paulo Jan./Mar. 1970

PAVAGEAU, Moacir. Da Organização do Ensino Agrícola no Brasil. In: Ceres. Setembro-Outubro, vol II, número 8, 1940.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: Ensaio Sobre A Tristeza Brasileira. São Paulo : IBRASA: 1981

RAPOSO FONTENELLE, L. F. A Comunidade No Brasil Um Estudo Tentativo Para Sua Configuração. Rev. C. Sociais, Vol. II N. 2

REZENDE, Maria. Teorias da Mudança Social: As Perspectivas lineares e as cíclicas. In: Revista de Ciências Humanas, n 32, pag 349- 378. Outubro, 2002. Florianópolis: EDUFSC.

RIBEIRO, Maria das Graças M. A USAID e O Ensino Agrônômico Brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 4, p. 453-463, 2009

_____ A Constituição das Ciências Humanas Numa Universidade Rural. Aleph (UFF. Online), v. IV, p. 01-015, 2010.

_____ A Extensão Rural na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) 1948-1969. Publicado em Extensão em Foco, n. 6, p. 15-25, jul/dez. 2010. Editora UFPR. Curitiba

RIBEIRO, M. Graças. M.; SILVA, M. P. Americanismo e Educação: a experiência da Escola superior de Agricultura e Veterinária. In: IV Congresso Mineiro de História da Educação e Ensino de História, Juiz de Fora, 2007. p. 1-15.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Um Novo Senso Comum: A Ciência, O Direito E A Política De Transição Paradigmática. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 1. A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência.

SANTOS, Cleito Pereira Dos. Trabalho, Controle E Subordinação: O Taylorismo-Fordismo Como Modo De Organização Da Autoridade Do Capital No Século XX. Anais do IX Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Neodesenvolvimento. 26 a 29 de maio de 2014.

SAUL, Renato P. As Raízes Renegadas Da Teoria Do Capital Humano. Revista Sociologias. Nº 12. p. 230-273. 2004

SILVA, Giovane José da; COSTA, José Raimundo Silva. Jeca tatu versus Zé Brasil: Extensão Rural E Modernização Conservadora No Pensamento Esaviano. Apresentado no I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

SILVA, Fabricio Valentim & BORGES, Vera A Origem Da Escola Superior De Agricultura E Veterinária Do Estado De Minas Gerais: Peter Henry Rolfs E Os Pilares Do Saber Esaviano (1920-1929). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 29, p. 169-197, mar. 2008.

SILVA, Sinthia Lopes; SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. Impulso, Piracicaba, 2012.

SILVA, Uiara. Extensão Universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro - UFV. 1994. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa.

SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903). Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005, p. 577-591

SMITH, Lynn. Reforma Agrária. In: Revista Brasileira dos Municípios. N 37/38, Janeiro/Junho, 1957.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan. (org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

VEIGA, Laura. A Trajetória De Uma Geração De Cientistas Sociais Em Belo Horizonte: Imagens De Anos Nem Sempre Dourados. Trabalho Apresentado No III Congresso Nacional De Sociologia, Brasília 10 -11 de Julho, 1987.